



crefito1

Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia ocupacional da 1 Região

Relatório de gestão do exercício 2015

Relatório de gestão do exercício 2015

Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia ocupacional da 1 Região

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno

Sumário

LISTA DE TABELAS, ILUSTRAÇÕES, ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS	4
INTRODUÇÃO	5
2 - APRESENTAÇÃO	6
2.1 APRESENTAÇÃO	6
3 - VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	9
3.1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	9
3.2 COMPETÊNCIAS	10
3.3 NORMAS	11
3.4 HISTÓRICO	12
3.5 ORGANOGRAMA	13
4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	14
4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	14
4.1.1 PLANO ESTRATÉGICO	15
4.1.2 COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS	16
4.2 RESULTADOS	17
4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	18
4.3.1 ORÇAMENTO ANUAL	19
4.3.2 TRANSFERÊNCIAS	23
4.3.3 RECEITAS	24
4.3.4 DESPESAS	28
4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL	31
4.5 FISCALIZAÇÃO	32
4.6 INDICADORES	33
5 - GOVERNANÇA	34
5.1 GOVERNANÇA	34
5.2 DIRIGENTES	35
5.3 AUDITORIA	36
5.4 APURAÇÕES	37
5.5 GESTÃO RISCOS	38
5.6 REMUNERAÇÕES	39
5.7 AUDITORIA INDEPENDENTE	40
6 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	41

6.1 CANAIS DE ACESSO	41
6.2 PESQUISA SATISFAÇÃO	42
6.3 TRANSPARÊNCIA	43
6.4 ACESSIBILIDADE	44
7 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	45
7.1 ORÇAMENTO	45
7.2 NCASP	46
7.3 APURAÇÃO CUSTOS	47
7.4 DEMONSTRAÇÕES	48
8 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	50
8.1 GESTÃO DE PESSOAS	50
8.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL	51
8.1.2 DESPESA C/ PESSOAL	54
8.1.3 GESTÃO DE RISCOS	55
8.1.4 MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA	56
8.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	57
8.2.1 SISTEMAS	58
9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	59
9.1 TCU	59
9.2 INTERNO	60
9.3 DANOS AO ERÁRIO	61
10 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	62
10.1 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	62
11 - ANEXOS E APÊNDICES	63
11.1 ANEXOS E APÊNDICES	63
ASSINATURA(S)	64

Lista de tabelas, ilustrações, abreviaturas, siglas e símbolos

CREFITO-1 : Conselho Regional de fisioterapia e terapia ocupacional da 1º Região

RNPF: Referencial Nacional dos Procedimentos Fisioterapêuticos

IES: Instituições de Ensino Superior

ILPIS: Instituições de longa permanência

ANVISA: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

TAC: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

GT: Grupos de trabalhos

CAPS: Centro de apoio psicossocial

SAD: Serviço de atendimento domiciliar

Introdução

2 - APRESENTAÇÃO

2.1 APRESENTAÇÃO

Apresentação da forma como está estruturado o relatório de gestão

O relatório de gestão 2015 está estruturado de forma a espelhar a organização, apresentando os aspectos mais relevantes da gestão com informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira.

Principais realizações da gestão no exercício

1. Enfrentamento, através de medidas judiciais, para a manutenção da jornada de trabalho (30 horas) do fisioterapeuta e do terapeuta ocupacional (Lei 8856/94);
2. Desenvolvimento de ações administrativas e fiscalizatórias visando à implantação do RNPF – Referencial Nacional dos Procedimentos Fisioterapêuticos (Resolução COFFITO 428/2013);
3. Ganhos após as ações administrativas e fiscalizatórias do RNPF, tendo várias operadoras de saúde, implantando (mesmo que de modo escalonado), os valores previstos no RNPF;
4. Ações administrativas visando à redução da inadimplência por parte dos profissionais inscritos neste Regional;
5. Realização de eventos objetivando o aprimoramento dos profissionais (fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais), como por exemplo, Fórum de Responsabilidade Técnica e Fórum de Ensino;
6. Criação de comissão visando à aproximação e orientação aos discentes e docentes das IES – Instituições de Ensino Superior acerca do papel institucional do CREFITO;
7. Criação do CREFITO JOVEM: orientação aos discentes acerca do funcionamento do CREFITO;
8. Ações contra o exercício ilegal da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional, intensificando as fiscalizações;
9. Apresentação de Notícia-Crime ao Ministério Público, em casos de exercício ilegal da profissão e Boletim de Ocorrência frente à autoridade policial;
10. Denúncia à Vigilância Sanitária para os casos de descumprimento da legislação (Lei 6.316/75 – Artigo 7º)
11. Aumento do número de processos ético-disciplinares, em desfavor dos fisioterapeutas e dos terapeutas ocupacionais que descumprem a legislação da profissão, especialmente para os casos de inadimplência e delegação de função privativa;
12. Parceria com o Ministério Público da Saúde, especialmente no estado da Paraíba, visando fiscalização conjunta em instituições de longa permanência (ILPIS);
13. Parceria com o Ministério Público da Saúde, nos quatro estados da circunscrição (PE-AL-RN e PB); para realização de fiscalizações conjuntas em hospitais e outros estabelecimentos de saúde;
14. Parceria com a ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária (local), no intuito de realizar fiscalização conjunta e obter maior efetividade para o cumprimento das normas pertinentes ao funcionamento dos serviços de saúde;
15. Participação em audiências públicas realizadas pelo Ministério Público da Saúde no estado da

Paraíba, nos procedimentos instaurados em desfavor de hospitais e clínicas que descumprem os normativos legais, no que concerne às diversas áreas de assistência ao paciente/usuário/cliente (Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Medicina, Enfermagem, etc);

16. Aumento da participação do fisioterapeuta na elaboração de laudos periciais em processos judiciais, com amparo em decisões prolatadas pelos Tribunais Regionais do Trabalho, nos quatro estados da circunscrição (PE-PB-AL e RN);

17. Ações educativas frente aos profissionais que descumprem a legislação da profissão, especialmente os casos de publicidade irregular e ausência de anotação nos prontuários dos pacientes atendidos;

18. Emissão de TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, documento administrativo firmado com os profissionais que descumpriram as normas das respectivas profissões, especialmente os casos de publicidade irregular e ausência de anotação nos prontuários dos pacientes;

19. Criação de grupos de trabalhos (GT) frente às situações de emergência na área de saúde, como por exemplo, Comissão de Microcefalia decorrente do Zika vírus;

20. Elaboração de material educativo (cartilhas) destinada à sociedade em geral para esclarecimento acerca da Microcefalia e doenças relacionadas ao trabalho;

21. Ação solidária em conjunto com as clínicas para orientações às mães das crianças com Microcefalia;

22. Conscientização dos gestores de alguns estabelecimentos de saúde (hospitais) no sentido de cumprir o Acórdão 299 do COFFITO que recomenda a permanência do fisioterapeuta na UTI, ampliando a assistência de 18 horas para 24 (vinte e quatro) horas

Principais dificuldades encontradas para realização dos objetivos no exercício

1) Cumprimento da RDC nº 07 da ANVISA (dispõe sobre os requisitos mínimos para o funcionamento das Unidades de Terapia Intensiva-UTI) , no que se refere a exclusividade da permanência do fisioterapeuta na UTI, conforme preconiza o referido normativo;

2) Cumprimento dos Parâmetros Assistenciais da Fisioterapia (Resolução COFFITO 387/2011) pelos estabelecimentos de saúde e pelos profissionais;

3) Cumprimento dos Parâmetros Assistenciais da Terapia Ocupacional (Resolução COFFITO nº 418) pelos estabelecimentos de saúde e pelos profissionais;

4) Cumprimento da Portaria nº 930 do Ministério da Saúde, que determina a presença do fisioterapeuta na UTI neonatal em tempo integral (24 horas);

5) Garantir que os hospitais da rede privada ofereçam a assistência terapêutica ocupacional por contratação no quadro funcional ou de forma terceirizada (RDC nº 07 da ANVISA);

6) Resistência do profissional em registrar nos prontuários dos pacientes as intervenções fisioterapêuticas e terapêuticas ocupacionais, após cada assistência realizada no paciente/cliente/usuário (Resolução COFFITO nº 414 e Resolução COFFITO nº 415);

7) Dificuldade de articulação e persuadir os gestores (públicos e privados) a fim de evitar que os profissionais (fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais) trabalhem em locais insalubres, submetendo a riscos os pacientes assistidos e os profissionais;

8) Dificuldades em garantir que as instituições públicas adquiram recursos materiais específicos para as intervenções fisioterapêuticas e terapêuticas ocupacionais (RDC nº 63/2011 - ANVISA);

9) Dificuldade de conscientizar o gestor municipal acerca da importância da inserção do terapeuta

ocupacional na rede de atenção primária (NASF e PSF);

10) Dificuldade de conscientizar o gestor municipal acerca da importância da inserção do terapeuta ocupacional na rede de atenção de média complexidade (CAPS – CENTRO DE REABILITAÇÃO II – SAD e ambulatorios);

11) Dificuldade de conscientizar o gestor municipal acerca da importância da ampliação do quantitativo de terapeuta ocupacional na rede de atenção de alta complexidade (CENTRO DE REABILITAÇÃO IV e Hospitais), para atender a demanda reprimida;

12) Dificuldade de fiscalização nos hospitais militares, em face às normas próprias desses estabelecimentos;

13) Dificuldade de conscientizar as clínicas-escolas acerca da cobrança de preços que causam concorrência desleal, com relação aos outros estabelecimentos de saúde;

14) Dificuldade de obter o cumprimento dos parâmetros assistenciais da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional por parte das clínicas-escolas;

15) Dificuldade de obter o cumprimento das Resoluções de Estágio não obrigatório e Estágio Obrigatório por parte das clínicas e hospitais (Resolução COFFITO nºs: 431 – 432 – 451 e 452);

16) Dificuldades para enfrentar a resistência do fisioterapeuta que atua usando o Método Pilates, mas não faz o registro da atividade neste Conselho Regional;

17) Fisioterapeutas que atuam em estabelecimentos de estética e Fisioterapia Dermatofuncional, sem registro neste CREFITO, mas, através de ato fiscalizatório, confirma-se que a atividade principal é a Fisioterapia (Resolução COFFITO nº 37 e Resolução COFFITO nº 422);

18) Fisioterapeutas que atuam em estabelecimentos intitulados: condicionamento físico, sem registro neste CREFITO, mas, através de ato fiscalizatório, confirma-se que a atividade principal é a Fisioterapia (Resolução COFFITO nº 37 e Resolução COFFITO nº 422);

Outras informações úteis

3 - VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

3.1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO COMPLETA	Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1º Região		
DENOMINAÇÃO ABREVIADA	CREFITO 1	CNPJ	11.425.519/0001-38
NATUREZA JURÍDICA	Autarquia Federal	CONTATO	(81) 3081-5008
CÓDIGO CNAE	84.11-6-00		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	crefito1@crefito1.org.br		
PÁGINA INTERNET	http://www.crefito1.org.br		
ENDEREÇO POSTAL	Rua henrique dias, 303		
CIDADE	Recife	UF	PE
BAIRRO	Boa Vista	CEP	50070140
INFORMAÇÕES ADICIONAIS			

3.2 COMPETÊNCIAS

Finalidade e competências institucionais da entidade jurisdicionada

O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região - CREFITO 1, integrante do Sistema COFFITO/CREFITOs, tem como finalidades precípuas: fiscalizar, orientar, disciplinar e supervisionar o exercício da profissão de fisioterapeuta e de terapeuta ocupacional, pessoas físicas e jurídicas, no âmbito dos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas.

Informações adicionais

3.3 NORMAS

Normas de criação e alteração das unidades jurisdicionadas

O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1º Região - CREFITO-1 foi criado através da Resolução COFFITO nº 01 de 1977, e instalado conforme a ata do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, em dezembro de 1978, tendo como fundamentação legal o inciso IV do artigo 5 , da Lei nº 6316/75 de 17 de dezembro de 1975. O CREFITO-1 tem circunscrição nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das unidades jurisdicionadas

Manuais e publicações relacionadas às atividades das unidades jurisdicionadas

Informações adicionais

3.4 HISTÓRICO

O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região – CREFITO-1 é uma Autarquia Federal criada pela Lei nº 6316, de 17 de dezembro de 1975. O desvinculo institucional do Ministério do Trabalho, obtido em 18 de setembro de 1995, através da Lei nº 9098, fez do Conselho um órgão de última instância recursal.

A configuração inicial do Sistema Autárquico Federal COFFITO/CREFITO comportava três Regionais, com sedes respectivamente em Recife – CREFITO 1, Rio de Janeiro – CREFITO 2 e São Paulo CREFITO 3. Atualmente a circunscrição do CREFITO-1 abrange os seguintes estados: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas. Estruturado em cinco delegacias, sendo três delas nas capitais (Natal RN, Maceió AL e João Pessoa PB) e duas em cidades do interior (Caruaru PE e Campina Grande PB). A Sede está situada na cidade de Recife, devido sua histórica criação e maior quantitativo de profissionais, em relação aos quatro estados da circunscrição.

É de responsabilidade do CREFITO-1 normatizar e exercer o controle ético, científico e social das atividades de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional e das empresas prestadoras de tais tipicidades assistenciais ao meio social. Além de suas funções típicas, fiscalizatória e cartorial, o CREFITO-1 em sua estrutura conta com o apoio das comissões, que estruturam os processos de regulamentação das profissões de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

No exercício de 2015, seguimos a diretriz de 2014, aprimorando as diversas ações, intervenções e atos fiscalizatórios, assim como o trabalho das comissões que são de suma importância oferecendo suporte técnico e legal aos atos administrativos, visando sempre o bem estar da sociedade que necessita direta ou indiretamente da prestação de serviços dos profissionais.

3.5 ORGANOGRAMA

ANEXO I - Organograma.pdf - Vide anexo do tópico 3.5 na sessão 11

4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

O planejamento anual é realizado pelo Colegiado com acompanhamento direto da execução pela Diretoria. Para o ano de 2015 foram contemplados os itens seguintes:

a) Departamento de fiscalização: Desenvolvimento de ações administrativas e fiscalizatórias visando à implantação do RNPF, maior fluxo no julgamento de processos, fiscalização de denúncias, dentre outros.

b) Ações administrativas visando à redução da inadimplência por parte dos profissionais inscritos neste Regional.

c) Promoção de eventos: Realização de eventos objetivando o aprimoramento dos profissionais.

d) Participação em reuniões destinadas ao esclarecimento das normas do exercício das profissões do fisioterapeuta e do terapeuta ocupacional.

e) Criação de comissão visando à aproximação e orientação aos discentes e docentes das IES.

f) Criação de grupos de trabalhos (GT)

4.1.1 PLANO ESTRATÉGICO

ANEXO II - Planejamento estratégico 2015.pdf - Vide anexo do tópico 4.1.1 na sessão 11



MAPA ESTRATÉGICO 2015-2018



crefito1
CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E
TERAPIA OCUPACIONAL DA PRIMEIRA REGIÃO

MISSÃO

Garantir à sociedade a excelência do exercício da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional, promovendo ações políticas, regulamentadoras, educativas e fiscalizadoras pautadas na ética, dignidade e valorização profissional.

VISÃO

Ser reconhecido socialmente como uma Instituição de excelência e inovação de forma descentralizada na valorização da Fisioterapia e Terapia Ocupacional e proteção à sociedade.

RESULTADOS

EXCELÊNCIA DO SERVIÇO

- Garantir a qualidade dos serviços prestados
- Integrar as ações setoriais do CREFITO-1
- Contribuir para a valorização profissional

PROCESSOS INTERNOS

• Atendimento

- ° Acolher o profissional frente as suas necessidades e promover as devidas orientações/ resoluções
- ° Ampliar a integração entre os setores

• Registro

Promover inscrição/ registro/ cadastro de pessoa física e pessoa jurídica, obedecendo protocolos e fluxos específicos de forma célere.

• Fiscalização

- ° Ampliar a fiscalização
- ° Promover ações de planejamento, organização de processo de trabalho, acompanhamento do trâmite administrativo, sistematização de resultados intersetorialmente.

• Orçamento e Finanças

Desenvolver ações organizacionais deliberativas das finanças observando o fluxo da arrecadação, pagamentos, planejamento financeiro e aquisição de bens.

• Comissões

- ° Efetivar e implementar as comissões do CREFITO-1
- ° Facilitar a articulação entre comissões, ouvidoria e setores do CREFITO-1.

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Prestação de Serviço de Qualidade

Garantir a potencialização e reconhecimento social do conselho e das profissões

Valorização Profissional

Garantir a potencialização e reconhecimento social do conselho e das profissões

Inovação Tecnológica e Adequação das Ferramentas Existentes

- aquisição e adequação de ferramentas tecnológicas.

VALORES: ÉTICA, COMPROMISSO, RESPEITO, RESPONSABILIDADE E INOVAÇÃO

4.1.2 COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

A competência institucional é regida pela Lei N. 6.316 -17 de dezembro de 1975 que incumbência de fiscalizar o exercício das profissões de Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional definidas no Decreto-lei nº 938, de 13 de outubro de 1969.

Temos como responsabilidade:

- I- eleger, dentre os seus membros, por maioria absoluta, o seu Presidente e o Vice-Presidente;
- II - expedir a carteira de identidade profissional e o cartão de identificação aos profissionais registrados;
- III - fiscalizar o exercício profissional na área de sua jurisdição, representando, inclusive, às autoridades competentes, sobre os fatos que apurar e cuja solução ou repressão não seja de sua alçada;
- IV - cumprir e fazer cumprir as disposições desta Lei, das resoluções e demais normas baixadas pelo Conselho Federal;
- V - funcionar como Tribunal Regional de Ética, conhecendo, processando e decidindo os casos que lhe forem submetidos;
- VI - elaborar a proposta de seu Regimento, bem como as alterações, submetendo-a à aprovação do Conselho Federal;
- VII - propor ao Conselho Federal as medidas necessárias ao aprimoramento dos serviços e do sistema de fiscalização do exercício profissional;
- VIII - aprovar a proposta orçamentária e autorizar a abertura de créditos adicionais e as operações referentes a mutações patrimoniais;
- IX - autorizar o Presidente a adquirir, onerar ou alienar bens imóveis;
- X - arrecadar anuidades, multas, taxas e emolumentos e adotar todas as medidas destinadas a efetivação de sua receita, destacando e entregando ao Conselho Federal as importâncias correspondentes a sua participação legal;
- XI - promover, perante o juízo competente, a cobrança das importâncias correspondentes a anuidades, taxas, emolumentos e multas, esgotados os meios de cobrança amigável;
- XII - estimular a exação no exercício da profissão, velando pelo prestígio e bom conceito dos que a exercem;
- XIII - julgar as infrações e aplicar as penalidades previstas nesta Lei e em normas complementares do Conselho Federal;
- XIV - emitir parecer conclusivo sobre prestação de contas a que esteja obrigado;
- XV - publicar, anualmente, seu orçamento e respectivos créditos adicionais, os balanços, a execução orçamentária, o relatório de suas atividades e a relação dos profissionais registrados.

4.2 RESULTADOS

Diante da função institucional do CREFITO-1, preconizada na Lei 6316/75, que prevê a Fiscalização dos serviços de fisioterapia e terapia ocupacional, no intuito de garantir à sociedade uma assistência de qualidade, e, dessa forma, zelando pelo prestígio e bom nome das profissões, este Regional mensura seus feitos através de indicadores qualitativos, são eles:

a) Aumento no número de vagas para fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais no atendimento ao paciente/cliente/usuário:

b) Intervenções jurídicas em concursos públicos com abertura de novas vagas e ajuste na jornada de trabalho, propiciando qualidade no trabalho executado pelos profissionais e atendimento digno a população;

c) Aperfeiçoamento em análise interna de processos éticos-disciplinares;

Os indicadores qualitativos buscam mostrar os impactos positivos causados pelas ações listadas no contexto, avaliando os resultados das ações planejadas.

4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Quanto ao Desempenho Orçamentário, a entidade precisou realizar uma reformulação orçamentária no valor de R\$ 267.950,00 (duzentos e sessenta e sete mil, novecentos e cinquenta reais) para cobrir os gastos previstos, como também, realizou transmutações na ordem de R\$ 832.050,00 de valores alocados em rubricas que tiveram seus gastos inferiores ao previsto no orçamento inicial.

4.3.1 ORÇAMENTO ANUAL

Conta contábil	Dotação Inicial		Suplementação		Redução		Orçado Final	
	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual
6.2.1.1 - RECEITA A REALIZAR	5.425.041,30	6.053.635,95	350.000,00	1.100.000,00	0,00	0,00	5.775.041,30	7.153.635,95
6.2.1.1.1 - RECEITA CORRENTE	5.425.041,30	6.053.635,95	0,00	1.100.000,00	0,00	0,00	5.425.041,30	7.153.635,95
6.2.1.1.1.02 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.805.085,86	5.396.483,17	0,00	1.100.000,00	0,00	0,00	4.805.085,86	6.496.483,17
6.2.1.1.1.02.01 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	4.805.085,86	5.396.483,17	0,00	1.100.000,00	0,00	0,00	4.805.085,86	6.496.483,17
6.2.1.1.1.02.01.01 - ANUIDADES	4.805.085,86	5.396.483,17	0,00	1.100.000,00	0,00	0,00	4.805.085,86	6.496.483,17
6.2.1.1.1.04 - RECEITA PATRIMONIAL	21.487,28	22.776,52	0,00	0,00	0,00	0,00	21.487,28	22.776,52
6.2.1.1.1.04.01 - RECEITAS IMOBILIÁRIAS	21.487,28	22.776,52	0,00	0,00	0,00	0,00	21.487,28	22.776,52
6.2.1.1.1.05 - RECEITA DE SERVIÇOS	378.245,90	352.024,23	0,00	0,00	0,00	0,00	378.245,90	352.024,23
6.2.1.1.1.05.01 - EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	151.905,89	141.375,10	0,00	0,00	0,00	0,00	151.905,89	141.375,10
6.2.1.1.1.05.02 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	102.193,75	95.109,23	0,00	0,00	0,00	0,00	102.193,75	95.109,23
6.2.1.1.1.05.03 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	77.998,69	72.591,47	0,00	0,00	0,00	0,00	77.998,69	72.591,47
6.2.1.1.1.05.07 - RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	46.147,57	42.948,43	0,00	0,00	0,00	0,00	46.147,57	42.948,43
6.2.1.1.1.06 - FINANCEIRAS	62.525,26	115.193,21	0,00	0,00	0,00	0,00	62.525,26	115.193,21

6.2.1.1.1.06.02 - JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	52.274,75	104.327,67	0,00	0,00	0,00	0,00	52.274,75	104.327,67
6.2.1.1.1.06.05 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	10.250,51	10.865,54	0,00	0,00	0,00	0,00	10.250,51	10.865,54
6.2.1.1.1.06.05.04 - MULTAS SOBRE ANUIDADES	10.250,51	10.865,54	0,00	0,00	0,00	0,00	10.250,51	10.865,54
6.2.1.1.1.08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	157.697,00	167.158,82	0,00	0,00	0,00	0,00	157.697,00	167.158,82
6.2.1.1.1.08.01 - DÍVIDA ATIVA	149.372,84	158.335,21	0,00	0,00	0,00	0,00	149.372,84	158.335,21
6.2.1.1.1.08.02 - MULTAS DE INFRAÇÕES	8.324,16	8.823,61	0,00	0,00	0,00	0,00	8.324,16	8.823,61
6.2.2.1 - DISPONIBILIDADES DE CREDITO	5.425.041,30	6.053.635,95	1.249.577,40	3.768.196,00	899.577,40	2.668.196,00	5.775.041,30	7.153.635,95
6.2.2.1.1 - CRÉDITO DISPONÍVEL DA DESPESA	5.425.041,30	6.053.635,95	1.249.577,40	3.768.196,00	899.577,40	2.668.196,00	5.775.041,30	7.153.635,95
6.2.2.1.1.01 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	5.135.291,27	5.413.472,99	1.224.889,95	3.393.196,00	720.862,34	2.049.896,00	5.639.318,88	6.756.772,99
6.2.2.1.1.01.01 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.808.275,97	1.978.796,39	395.596,36	1.195.000,00	324.027,88	1.274.846,00	1.879.844,45	1.898.950,39
6.2.2.1.1.01.01.01 - REMUNERAÇÃO PESSOAL	1.411.195,97	1.544.271,75	395.596,36	1.195.000,00	324.027,88	1.224.846,00	1.482.764,45	1.514.425,75
6.2.2.1.1.01.01.02 - ENCARGOS PATRONAIS	397.080,00	434.524,64	0,00	0,00	0,00	50.000,00	397.080,00	384.524,64
6.2.2.1.1.01.03 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	34.041,82	182.220,00	0,00	0,00	34.041,82	182.220,00
6.2.2.1.1.01.03.05 - FINANCEIRAS	0,00	0,00	27.000,00	182.220,00	0,00	0,00	27.000,00	182.220,00
6.2.2.1.1.01.04 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.327.015,30	3.434.676,60	795.251,77	2.015.976,00	396.834,46	775.050,00	3.725.432,61	4.675.602,60
6.2.2.1.1.01.04.01 - BENEFÍCIOS A PESSOAL	270.389,00	281.745,27	119.582,81	173.000,00	70.030,17	28.100,00	319.941,64	426.645,27
6.2.2.1.1.01.04.02 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	4.444,90	4.631,59	27.527,52	20.000,00	0,00	4.500,00	31.972,42	20.131,59

6.2.2.1.1.01.04.03 - USO DE BENS E SERVIÇOS	901.412,89	914.139,34	154.116,79	259.600,00	158.876,22	134.300,00	896.653,46	1.039.439,34
6.2.2.1.1.01.04.03.001 - MATERIAL DE CONSUMO	252.549,37	257.489,46	34.768,99	31.650,00	76.833,36	85.900,00	210.485,00	203.239,46
6.2.2.1.1.01.04.03.004 - SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	132.001,02	133.585,03	0,00	75.000,00	15.000,00	18.000,00	117.001,02	190.585,03
6.2.2.1.1.01.04.03.006 - DIÁRIAS/AUXÍLIOS REPRESENTAÇÕES E JETONS	516.862,50	523.064,85	119.347,80	145.000,00	67.042,86	30.400,00	569.167,44	637.664,85
6.2.2.1.1.01.04.03.008 - HOSPEDAGENS E ALIMENTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	7.950,00	0,00	0,00	0,00	7.950,00
6.2.2.1.1.01.04.04 - SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	943.710,72	955.035,24	200.154,04	717.920,00	152.928,07	437.300,00	990.936,69	1.235.655,24
6.2.2.1.1.01.04.05 - TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	26.102,60	26.415,83	1.870,61	0,00	12.000,00	5.500,00	15.973,21	20.915,83
6.2.2.1.1.01.04.05.001 - TRIBUTOS	26.102,60	26.415,83	1.870,61	0,00	12.000,00	5.500,00	15.973,21	20.915,83
6.2.2.1.1.01.04.06 - DEMAIS DESPESAS CORRENTES	9.473,90	4.734,18	176.000,00	376.000,00	3.000,00	72.650,00	182.473,90	308.084,18
6.2.2.1.1.01.04.07 - SERVIÇOS BANCÁRIOS	100.000,00	101.200,00	116.000,00	258.956,00	0,00	90.000,00	216.000,00	270.156,00
6.2.2.1.1.01.04.08 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.071.481,29	1.146.775,15	0,00	210.500,00	0,00	2.700,00	1.071.481,29	1.354.575,15
6.2.2.1.1.01.04.08.001 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	1.071.481,29	1.146.775,15	0,00	210.500,00	0,00	2.700,00	1.071.481,29	1.354.575,15
6.2.2.1.1.02 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	289.750,03	640.162,96	24.687,45	375.000,00	178.715,06	618.300,00	135.722,42	396.862,96
6.2.2.1.1.02.01 - INVESTIMENTOS	277.142,59	277.555,52	19.434,35	25.000,00	178.715,06	269.300,00	117.861,88	33.255,52
6.2.2.1.1.02.01.01 - OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	80.000,00	0,00

6.2.2.1.1.02.01.03 - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	197.142,59	197.555,52	19.434,35	25.000,00	178.715,06	189.300,00	37.861,88	33.255,52
6.2.2.1.1.02.03 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	12.607,44	362.607,44	5.253,10	350.000,00	0,00	349.000,00	17.860,54	363.607,44
6.2.2.1.1.02.03.01 - AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	12.607,44	362.607,44	5.253,10	350.000,00	0,00	349.000,00	17.860,54	363.607,44
TOTAIS:	5.425.041,30	6.053.635,95	350.000,00	1.100.000,00	0,00	0,00	5.775.041,30	7.153.635,95

4.3.2 TRANSFERÊNCIAS

Não houve transferência de recurso no exercício de 2015.

4.3.3 RECEITAS

Conta contábil	Orçado (dotações + reformulações + transposições até 31/12)	Receita Bruta (total das receitas efetivas)	Diferença (Orçado - Arrecadado)
6.2.1.2 - 6.2.1.2 - RECEITA REALIZADA	7.153.635,95	5.455.123,38	1.698.512,57
6.2.1.2.1 - 6.2.1.2.1 - RECEITA CORRENTE	7.153.635,95	5.455.123,38	1.698.512,57
6.2.1.2.1.02 - 6.2.1.2.1.02 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	6.496.483,17	4.305.016,23	2.191.466,94
6.2.1.2.1.02.01 - 6.2.1.2.1.02.01 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	6.496.483,17	4.305.016,23	2.191.466,94
6.2.1.2.1.02.01.01 - 6.2.1.2.1.02.01.01 - ANUIDADES	6.496.483,17	4.305.016,23	2.191.466,94
6.2.1.2.1.02.01.01.001 - 6.2.1.2.1.02.01.01.001 - Anuidades PF do Exercício	5.752.433,28	3.927.886,81	1.824.546,47
6.2.1.2.1.02.01.01.002 - 6.2.1.2.1.02.01.01.002 - Anuidades PJ do Exercício	485.700,48	185.667,22	300.033,26
6.2.1.2.1.02.01.01.003 - 6.2.1.2.1.02.01.01.003 - Anuidades PF de Exercícios Anteriores	234.039,59	186.584,13	47.455,46
6.2.1.2.1.02.01.01.004 - 6.2.1.2.1.02.01.01.004 - Anuidades PJ de Exercícios Anteriores	24.309,82	4.878,07	19.431,75
6.2.1.2.1.04 - 6.2.1.2.1.04 - RECEITA PATRIMONIAL	22.776,52	64.660,75	-41.884,23
6.2.1.2.1.04.01 - 6.2.1.2.1.04.01 - RECEITAS IMOBILIÁRIAS	22.776,52	64.660,75	-41.884,23
6.2.1.2.1.04.01.01 - 6.2.1.2.1.04.01.01 - Juros de Títulos de Renda	0,00	64.660,75	-64.660,75
6.2.1.2.1.04.01.02 - 6.2.1.2.1.04.01.02 - Correção Monetária-Caderneta de Poupança	22.776,52	0,00	22.776,52
6.2.1.2.1.05 - 6.2.1.2.1.05 - RECEITA DE SERVIÇOS	352.024,23	505.149,84	-153.125,61
6.2.1.2.1.05.01 - 6.2.1.2.1.05.01 - EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	141.375,10	181.918,46	-40.543,36
6.2.1.2.1.05.01.01 - 6.2.1.2.1.05.01.01 - Inscrição PF	131.631,60	160.185,87	-28.554,27
6.2.1.2.1.05.01.02 - 6.2.1.2.1.05.01.02 - Inscrição PJ	9.743,50	21.732,59	-11.989,09
6.2.1.2.1.05.02 - 6.2.1.2.1.05.02 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	95.109,23	192.886,72	-97.777,49

6.2.1.2.1.05.02.01 - 6.2.1.2.1.05.02.01 - Carteiras PF	95.109,23	192.886,72	-97.777,49
6.2.1.2.1.05.03 - 6.2.1.2.1.05.03 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	72.591,47	94.200,07	-21.608,60
6.2.1.2.1.05.03.01 - 6.2.1.2.1.05.03.01 - Certidões PF	66.666,83	69.587,37	-2.920,54
6.2.1.2.1.05.03.02 - 6.2.1.2.1.05.03.02 - Certidões PJ	5.924,64	24.612,70	-18.688,06
6.2.1.2.1.05.04 - 6.2.1.2.1.05.04 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIFICADOS	0,00	14.732,08	-14.732,08
6.2.1.2.1.05.04.01 - 6.2.1.2.1.05.04.01 - Outras Rendas	0,00	14.732,08	-14.732,08
6.2.1.2.1.05.07 - 6.2.1.2.1.05.07 - RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	42.948,43	21.412,51	21.535,92
6.2.1.2.1.05.07.01 - 6.2.1.2.1.05.07.01 - Anuncios	13.884,55	0,00	13.884,55
6.2.1.2.1.05.07.02 - 6.2.1.2.1.05.07.02 - Mala Direta	17.493,43	0,00	17.493,43
6.2.1.2.1.05.07.07 - 6.2.1.2.1.05.07.07 - Outras Receitas Diversas	11.570,45	21.412,51	-9.842,06
6.2.1.2.1.06 - 6.2.1.2.1.06 - FINANCEIRAS	115.193,21	99.739,70	15.453,51
6.2.1.2.1.06.02 - 6.2.1.2.1.06.02 - JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	104.327,67	73.729,10	30.598,57
6.2.1.2.1.06.02.01 - 6.2.1.2.1.06.02.01 - Juros s/Anuidades	29.880,27	73.729,10	-43.848,83
6.2.1.2.1.06.02.02 - 6.2.1.2.1.06.02.02 - Outras Receitas Diversas	74.447,40	0,00	74.447,40
6.2.1.2.1.06.05 - 6.2.1.2.1.06.05 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	10.865,54	26.010,60	-15.145,06
6.2.1.2.1.06.05.04 - 6.2.1.2.1.06.05.04 - MULTAS SOBRE ANUIDADES	10.865,54	26.010,60	-15.145,06
6.2.1.2.1.06.05.04.001 - 6.2.1.2.1.06.05.04.001 - Multas s/Anuidades	10.865,54	26.010,60	-15.145,06
6.2.1.2.1.08 - 6.2.1.2.1.08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	167.158,82	480.556,86	-313.398,04
6.2.1.2.1.08.01 - 6.2.1.2.1.08.01 - DÍVIDA ATIVA	158.335,21	474.007,41	-315.672,20
6.2.1.2.1.08.01.01 - 6.2.1.2.1.08.01.01 - Divida Ativa em Fase Administrativa	138.524,02	470.919,15	-332.395,13
6.2.1.2.1.08.01.02 - 6.2.1.2.1.08.01.02 - Divida Ativa em Fase	19.811,19	3.088,26	16.722,93

Executiva			
6.2.1.2.1.08.02 - 6.2.1.2.1.08.02 - MULTAS DE INFRAÇÕES	8.823,61	6.549,45	2.274,16
6.2.1.2.1.08.02.01 - 6.2.1.2.1.08.02.01 - Multas pelo Exerc. Ilegal da Profissão Liberal	1.355,49	0,00	1.355,49
6.2.1.2.1.08.02.02 - 6.2.1.2.1.08.02.02 - Multas s/Eleicoes	7.468,12	6.549,45	918,67

4.3.4 DESPESAS

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Rp. não processado		Valores Pagos	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
1. Despesa de Pessoal								
6.2.2.1.1.01.01.01.001 - Salários	1.001.435,11	988.701,98	1.001.435,11	988.701,98	0,00	0,00	1.001.435,11	988.701,98
Demais elementos do grupo	189.799,70	249.002,97	189.799,70	249.002,97	0,00	0,00	189.799,70	249.002,97
2. Juros e Encargos da Dívida								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes								
6.2.2.1.1.01.04.01.002 - Vale Refeição	174.493,82	166.726,97	174.493,82	166.726,97	0,00	0,00	174.493,82	166.726,97
6.2.2.1.1.01.04.01.003 - Plano de Saúde	142.855,38	162.015,27	142.855,38	162.015,27	0,00	0,00	142.855,38	162.015,27
6.2.2.1.1.01.04.03.006.001 - Diárias a Funcionários	94.713,78	94.825,18	94.713,78	94.825,18	0,00	0,00	94.713,78	94.825,18
6.2.2.1.1.01.04.03.006.002 - Diárias a Conselheiros	225.073,07	316.079,25	225.073,07	316.079,25	0,00	0,00	225.073,07	316.079,25
6.2.2.1.1.01.04.03.006.003 - Diárias a Colaboradores	128.064,03	97.332,93	128.064,03	97.332,93	0,00	0,00	128.064,03	97.332,93
6.2.2.1.1.01.04.04.010 - Serviços de Telecomunicações	99.812,44	109.395,50	99.812,44	109.395,50	0,00	0,00	99.812,44	109.395,50
6.2.2.1.1.01.04.04.013 - Passagens Aereas, Terrestres e Marítimas	244.969,80	179.789,99	244.969,80	179.789,99	0,00	0,00	244.969,80	179.789,99
6.2.2.1.1.01.04.04.015 - Serviços de Impressão e Encardenação	3.980,00	94.039,20	3.980,00	94.039,20	0,00	0,00	3.980,00	94.039,20
6.2.2.1.1.01.04.04.023 - Serviços Tercerizados - PJ	153.750,33	234.254,11	153.750,33	234.254,11	0,00	0,00	153.750,33	234.254,11
6.2.2.1.1.01.04.06.004 - Despesas Miúdas de	133.641,88	106.855,32	133.641,88	106.855,32	0,00	0,00	133.641,88	106.855,32

Pronto Pagamento								
6.2.2.1.1.01.04.07.001 - Tarifas Bancarias	198.490,69	166.596,07	198.490,69	166.596,07	0,00	0,00	198.490,69	166.596,07
6.2.2.1.1.01.04.08.001.001 - Cota-Parte do Conselho Federal	952.006,01	1.074.428,97	952.006,01	1.074.428,97	0,00	0,00	952.006,01	1.074.428,97
Demais elementos do grupo	765.507,81	707.178,50	765.507,81	707.178,50	0,00	0,00	765.507,81	707.178,50
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Rp. não processado		Valores Pagos	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
4. Investimentos								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Inversões Financeiras								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida								
Demais elementos do grupo	13.658,06	361.556,82	13.658,06	361.556,82	0,00	0,00	13.658,06	361.556,82

ANEXO III - Despesas Por Modalidades Licitação.pdf - Despesas Por Modalidades Licitação - Vide anexo do tópico 4.3.4 na sessão 11

4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL

O desempenho operacional foi realizado pelo corpo de funcionários, fiscais, assessores, conselheiros e diretores, e, atingiu o nível de satisfação até então não alcançado, ao ponto de encerrarmos o exercício de 2015 com um número de mais de 520 fiscalizações, com mais de 500 Autos de Infrações destinados a profissionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional em exercício de suas profissões nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte.

4.5 FISCALIZAÇÃO

ANEXO IV - RELATORIO DEFIS 2015.pdf - Vide anexo do tópico 4.5 na sessão 11

4.6 INDICADORES

Os indicadores de desempenho convergem para:

- a) Referencia no Sistema COFFITO/CREFITOs como um dos Conselhos Regionais de melhores resultados na fiscalização do exercício profissional.
- b) Aumento no numero de inscritos nos fóruns , instruindo e reforçando resoluções e suas atualizações acarretando na diminuição de ações irregulares ou ilegais em suas equipes de trabalho.
- c) Aumento nas consultas jurídicas para dirimir duvidas dos profissionais e população referentes a fisioterapia e terapeuta ocupacional.
- d) Diminuição de inadimplentes devido as ações de politicas públicas.

5 - GOVERNANÇA

5.1 GOVERNANÇA

Estrutura de governança da entidade:

- a) Comissão de Tomada de Contas: Verificação dos processos financeiros contábeis.
- b) Ouvidoria: Realizada pela assessoria jurídica, responsável pelo atendimento ao público de forma presencial ou eletrônica.
- c) Avaliação da gestão: Ocorre anualmente, na última reunião plenária , quando as ações desenvolvidas são discutidas, sendo mantidas para o próximo ano quando atingem boa avaliação do Plenário do CREFITO-1 e modificadas ou excluídas quando na avaliação não atingiram os objetivos propostos.
- d) Desempenho dos funcionários: Com a implantação do PCS, Plano cargo e salario, o CREFITO-1 administra de forma mais eficiente e eficaz sua força de trabalho. Valorizando o conhecimento, as habilidades, a qualificação e o desempenho de seus funcionarios.

5.2 DIRIGENTES

PRESIDENTE: Dr.Silano Souto Mendes Barros

VICE-PRESIDENTE: Dra.Leiliane Helena Gomes

DIRETORA SECRETARIA: Dra.Rosilda Argolo

DIRETOR TESOUREIRO: Dr. Flávio Maciel

CONSELHEIROS EFETIVOS: Francisca Rêgo Oliveira de Araújo /Iara Lucena Barbosa de Lima / Rosilda de Almeida Argolo/ Talita Santos Camêllo / Valderlene Guimarães Santos/ Eliete Moreira Colaço

CONSELHEIROS SUPLENTEs: Amanda Cavalcanti Belo / Charles Petterson Andrade de Omena / Cinthia Rodrigues V. Câmara / Dimitri Taurino Guedes / Francimar Ferrari Ramos /Joana Valeriano de Almeida /Aguiar e Silva / Maria José Ribeiro Tavares / Tarcísio Fulgêncio Alves da Silva / Tereza Cristina Rocha Pedroza

ASSESSORIA JURÍDICA: Dr. Carlos Alberto Lopes dos Santos / Dra. Nadja Fragoso Pimentel /Dr. Marcelo Dourado

ASSESSORIA CONTÁBIL: Pedro Pimentel

5.3 AUDITORIA

O CREFITO-1 busca no controle interno a melhoria de suas ações, não apenas, observando mas indaga, questiona ou verifica as ações ou objetivos já alcançados pelo planejamento.

O controle propõe alterações e norteia futuras ações em sua execução/feedback ou solicita alteração nas normas vigentes em busca de subsidiar a gestão em suas decisões para maior eficiência e eficácia

dos controles internos.

Referente à prestação de conta, o CREFITO 1, conta com CTC - A COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que acompanha a gestão financeira do CREFITO-1, avaliando toda a documentação contábil, elaborando relatório e identificando falhas nos processos administrativos. O relatório é encaminhado à presidência que apresenta em reunião de diretoria e aos setores competentes, estipulando prazo para as devidas correções, identificação do responsável pela falha e devolução de respostas à Comissão. Os relatórios da CTC , também , são apresentados nas Reuniões Plenárias do CREFITO-1 para ciência de todos os conselheiros.

As ações de fiscalização são acompanhadas pela coordenadora do DEFIS, Departamento de Fiscalização, desde o auto de infração emitido em visita externa concluindo-se com despacho interno na resolução da irregularidade identificada pelo Fiscal. Este controle propicia números quantitativos de irregularidades separadas por Estado/Cidade, ocasionando novos estudos sobre o planejamento de fiscalização e possíveis identificações das causas de irregularidade fundamentadas pelo contexto da cidade/estado.

No jurídico, as intervenções em concursos, empresas privadas e públicas são quantificadas e analisadas em caso de sucesso ou não. Diante do relatório apresentado a diretoria inicia-se as sugestões e relatos.

Diante o exposto, todas as ações possuem um ciclo a ser fechado, analisado e exposto, justificando os investimentos e ações propostas no início da gestão.

5.4 APURAÇÕES

Em relação aos procedimentos administrativos para correção de erros, descumprimento de funções ou ilícitos, o CREFITO-1 possui um coordenador geral que monitora o desempenho dos funcionários e quando identificados problemas no desempenho de suas funções são adotadas medidas que abrangem desde a advertência verbal, advertência por escrito, até a abertura de processo administrativo, podendo ou não levar a uma suspensão ou demissão.

Quanto a ilícitos, não foi identificada essa situação nessa gestão.

5.5 GESTÃO RISCOS

O CREFITO-1 em sua estrutura de execução elenca responsáveis por ações, setores ou departamentos. A descentralização do monitoramento propicia maior análise nos âmbitos político, financeiro e administrativo. Desta forma a Diretoria encontra-se irrigada de informações pertinentes para tomada de decisões, deliberando sobre possíveis ajustes no planejamento ou na própria execução em andamento, mitigando os riscos.

Desta forma a tomada de decisão pela Diretoria do CREFITO-1 é composta por análise jurídica, técnica e financeira assegurando de forma satisfatória a utilização dos recursos captados para atender a finalidade e competências institucionais.

5.6 REMUNERAÇÕES

Não possuem remuneração fixa, apenas diárias e auxílio representação.

5.7 AUDITORIA INDEPENDENTE

Não houve contratação de empresa ou auditor independente para o exercício de 2015.

6 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 CANAIS DE ACESSO

O CREFITO-1 em sua estrutura apresenta os seguintes canais de acesso:

a) Presencial:

I- Sede-Recife/PE: Situada em região metropolitana para atender aos profissionais locais e do Estado de Pernambuco PE.

II- Delegacia Caruaru PE: Situada no município para atender aos profissionais locais e cidades vizinhas.

III - Delegacia Alagoas: Situada em região metropolitana para atender ao estado de Maceió AL.

IV- Delegacia João Pessoa PB: Situada em região metropolitana para atender aos profissionais locais e do Estado de João Pessoa PB.

V- Delegacia Campina Grande PB: Situada no município para atender aos profissionais locais e cidades vizinhas.

VI - Delegacia Natal RN: Situada em região metropolitana para atender aos profissionais locais e do Estado do Rio Grande do Norte RN.

b) Eletrônico:

I - Contato via e-mail

II- Rede Social: Facebook

III - Site institucional

IV- Telefônico

6.2 PESQUISA SATISFAÇÃO

O CREFITO-1 em 2015 não utilizou a pesquisa de satisfação externa, contudo no âmbito interno os encontros para desenvolvimento estratégico contaram com a pesquisa para desenvolvimento da instituição.

6.3 TRANSPARÊNCIA

Com o princípio da transparência, o CREFITO-1 em seu site traz informações que podem ser consultadas em relatórios consolidados. O objetivo é permitir acesso mais rápido e claro aos documentos e dados relacionados a contratos, licitações, gastos com diárias e passagens, previsão orçamentária, servidores, entre outros.

6.4 ACESSIBILIDADE

O CREFITO-1 visando sua adaptação física e eletrônica busca contratação de profissionais especializados. A sede em sua estrutura física conta com rampa de acesso e sanitário adaptado contudo encontra-se em fase de análise na Prefeitura do município o projeto arquitetônico que reforça a acessibilidade.

7 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 ORÇAMENTO

O Brasil atravessou uma crise política e econômica em 2015 contudo a estimativa de crescimento da arrecadação permaneceu. Desde o início do ano o planejamento da gestão assinalava para a não solicitação de reforço financeiro por parte do Federal. O objetivo foi alcançado mediante esforço institucional para manter as atividades fiscalizatórias, cartoriais e políticas que podem ser constatadas nos números apresentados neste relatório.

7.2 NCASP

Não tivemos depreciação, amortização dos bens patrimoniais e avaliação dos ativos e passivos da entidade, porém iremos adotar o procedimento estabelecido pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a partir do exercício de 2016, tendo em vista a Portaria Nº 076/2016 datada em 23/05/2016, que estabelece a contratação de profissional para realização do levantamento patrimonial de todas as unidades (delegacias), a partir do segundo semestre/2016.

7.3 APURAÇÃO CUSTOS

Os custos e despesas foram realizados em regime de caixa e centralizados no âmbito da entidade sede em Recife/PE, fato que a partir do exercício de 2016, serão realizadas as apurações dos custos e despesas de acordo com as Delegacias de Caruarú/PE, Maceió/AL, João Pessoa/PB, Campina Grande/PB e Natal/RN.

7.4 DEMONSTRAÇÕES

Nome	Descrição
Balanço Financeiro.pdf	Balanço Financeiro
Balanço Orçamentário.pdf	Balanço Orçamentário
Balanço Patrimonial.pdf	Balanço Patrimonial
Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf	Demonstrativo do Fluxo de Caixa
Demonstrativo das Variações Patrimoniais.pdf	Demonstrativo das Variações Patrimoniais

ANEXO V - Balanço Financeiro.pdf - Balanço Financeiro - Vide anexo do tópico 7.4 na sessão 11

ANEXO VI - Balanço Orçamentário.pdf - Balanço Orçamentário - Vide anexo do tópico 7.4 na sessão 11

ANEXO VII - Balanço Patrimonial.pdf - Balanço Patrimonial - Vide anexo do tópico 7.4 na sessão 11

ANEXO IX - Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf - Demonstrativo do Fluxo de Caixa - Vide anexo do tópico 7.4 na sessão 11

ANEXO VIII - Demonstrativo das Variações Patrimoniais.pdf - Demonstrativo das Variações Patrimoniais - Vide anexo do tópico 7.4 na sessão 11

8 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

8.1 GESTÃO DE PESSOAS

A Gestão de Pessoas do CREFITO-1 é gerida pelo coordenador geral, responsável por administrar e gerir o capital humano. Norteado pelo PCCS como instrumento para incentivar um melhor desempenho dos seus funcionários contribuindo com a qualidade e melhorais dos serviços prestados e estimulando o desenvolvimento das habilidades pessoais e profissionais.

8.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL

Força de trabalho da UPC

Introdução

O CREFITO-1 apresenta distribuição de sua força de trabalho entre a sede e delegacias, abrangendo as regiões metropolitanas como também ao interior dos estados da jurisdição, almejando a qualidade do serviço prestado no controle ético, científico e social das atividades de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional e das empresas prestadoras de tais tipicidades assistenciais ao meio social.

Análise Crítica

Considerando a jurisdição atendida pelo CREFITO-1 e verificando-se a necessidade de novas contratações para suprir a demandas crescente de fiscalizações, institui para 2016 as contratações por intermédio de concurso público para suprir a demanda e continuidade dos serviços prestados baseados pelo planejamento financeiro e organizacional.

Tipologia do cargo	Lotação autorizada	Lotação efetiva	Ingresso no exercício	Egresso no exercício
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	23	23	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Membros de poder e agentes políticos	23	23	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	23	23	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	11	0	1	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	34	23	1	0

Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologia do cargo	Área Meio	Área Fim
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	23	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0
1.2. Membros de poder e agentes políticos	23	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	23	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0

2. Servidores com Contratos Temporários	11	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	34	0

Detalhamento da estrutura da UPC

Introdução

Atualmente às instituições públicas brasileiras, visando a efetividade de suas ações, norteiam-se pela autorização do preenchimento de alguns cargos em comissão, mantidas as condições e percentuais mínimos previstos em lei destinado às atribuições de direção, chefia e assessoramento. Adequando-se a realidade das instituições, o CREFITO-1 tem em seu quadro cargos em comissão norteados pelo PCCS.

Análise Crítica

No que tange a questão dos cargos comissionados, são adotadas e cumpridas todas as normas regidas pelo PCCS estabelecido, que respeita a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Art. 37 – inciso II e as demais legislações que versam sobre os cargos de livre nomeação e exoneração nas instituições públicas.

Tipologia do cargo	Lotação autorizada	Lotação efetiva	Ingresso no exercício	Egresso no exercício
1. Cargos em Comissão	0	0	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	21	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	21	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2):	21	0	0	0

Análise Crítica

Quantidade de servidores frente às necessidades da unidade

O CREFITO-1 encontra-se em fase de análise de sua estrutura visando ações a médio e longo prazo. A elaboração de concurso público para preenchimento de vagas imediatas e cadastro reserva

será realizado no ano de 2016.

Avaliação da distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim

O CREFITO-1 encontra-se investindo no quadro funcional, o planejamento estratégico realizado pela instituição busca discriminar em sua abordagem também a avaliação funcional. Desta forma a qualificação e mapeamento de profissionais nas áreas mencionadas estão sendo elencadas e posteriormente apresentadas a Diretoria para futuras deliberações, o CREFITO-1 apresenta de forma homogênea a distribuição de profissionais na áreas meio e fim.

Avaliação do número de servidores em cargos comissionados frente a não comissionados

Baseado no PCCS utilizado para nortear a política de gestão de pessoas, o CREFITO-1 encontra-se seguindo as diretrizes das devidas proporções dos cargos mencionados.

Impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível

No exercício 2015 não houve impacto de aposentadoria na força de trabalho.

Afastamentos que reduzem a força de trabalho e impactos nas atividades desenvolvidas

No exercício 2015 o CREFITO-1 no seu quadro funcional apresentou dois afastamentos de saúde por motivos não correspondente ao exercício da profissão. A ausência dos funcionários foi contornada com a distribuição de suas atividades aos servidores remanescentes.

8.1.2 DESPESA C/ PESSOAL

O CREFITO-1 no exercício 2015 esteve abaixo do limite de 40% orientado pelo PCCS, baseado pela arrecadação anual. Desta forma administrando e monitorando os recursos atendendo as necessidades da estrutura no cumprimento de suas funções.

8.1.3 GESTÃO DE RISCOS

O CREFITO-1 em sua gestão utiliza-se de reuniões periódicas avaliando as futuras ações ou ações executadas considerando os fatores de riscos internos e externos. Esta medida visa mitigar os fatores de riscos.

8.1.4 MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA

O CREFITO-1 no aguardo pela estudo e elaboração do edital para o concurso e objetivando a manutenção da prestação dos serviços prestados pela autarquia, mantene os contratos temporarios para termino em 2016 onde tomará posse os novos concursados.

8.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A coordenação geral dentre suas atribuições estuda e gerencia a implementação dos sistemas informatizados na instituição. A empresa contratada segue orientação para segurança e backup dos dados da autarquia. As ações planejadas pela gestão são alimentadas de informações emitidas pelo sistema interno de controle dos profissionais inscritos no Conselho, como também pessoas jurídicas. Estas informações podem determinar quais setores estão com maior demanda, localização geográfica de nossos inscritos, situação pecuniária por Estado, dentre outros.

8.2.1 SISTEMAS

No CREFITO-1 o setor de TI não está vinculado a sua estrutura, as atribuições são exercidas por empresa contratada na sede e em suas delegacias por serviços avulsos de manutenção preventiva e corretiva.

Os programas utilizados para execução das atribuições pertencem as empresas terceirizadas, que fornecem suporte e atualizações no sistema conforme mudança na legislação ou necessidade interna da instituição.

9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 TCU

O CREFITO - 1 , como não poderia deixar de ser, pauta seus atos sempre no cumprimento dos dispositivos legais aplicáveis às entidades de fiscalização de Profissões Regulamentadas, principalmente nas determinações e recomendações dessa Egrégia Corte de Contas. Como membro do Sistema COFFITO-CREFITOs, ao tomar conhecimento da Decisão Normativa nº 127/2013 por intermédio do Conselho Federal, vem adotando todas as providências necessárias ao tempestivo atendimento das determinações ali contidas.

9.2 INTERNO

Não houve recomendações tanto por parte do Conselho Federal, do Plenário Regional ou do Federal. As contas foram aprovadas em todas as instâncias sem qualquer ressalva ou recomendação.

9.3 DANOS AO ERÁRIO

Não houve recomendações tanto por parte do Conselho Federal, do Plenário Regional ou do Federal. As contas foram aprovadas em todas as instâncias sem qualquer ressalva ou recomendação.

10 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

10.1 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

A Diretoria do CREFITO-1 considera o resultado do exercício 2015 positivo, esta visão toma como base as diversas ações ministradas ou apoiadas pela instituição. A afirmativa é norteada pela qualidade das fiscalizações, ações jurídicas corretivas e políticas públicas que reforçam a qualidade no atendimento na área de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, zelando pelo prestígio e o bom nome das respectivas profissões.

As campanhas desenvolvidas por esta autarquia federal no ano de 2014, como por exemplo: 1) combate ao exercício ilegal de profissão; 2) a força tarefa para coibir a atividade de profissionais com registro irregular ou vencido; 3) ações para manutenção da jornada de trinta horas semanais pelos órgãos públicos e privados; 4) o fortalecimento das Comissões, dentre outras, foram reforçadas e amadurecidas conforme interações dos profissionais envolvidos.

O CREFITO-1 ressalta que sempre se mantém fortalecido através da coesão dos ideais mantido com todos os membros do Colegiado e os profissionais circunscicionados, visando o cumprir a missão institucional respaldada na Lei 6.316/75 e demais legislação pertinente aos exercício das profissões de fisioterapeuta e de terapeuta ocupacional.

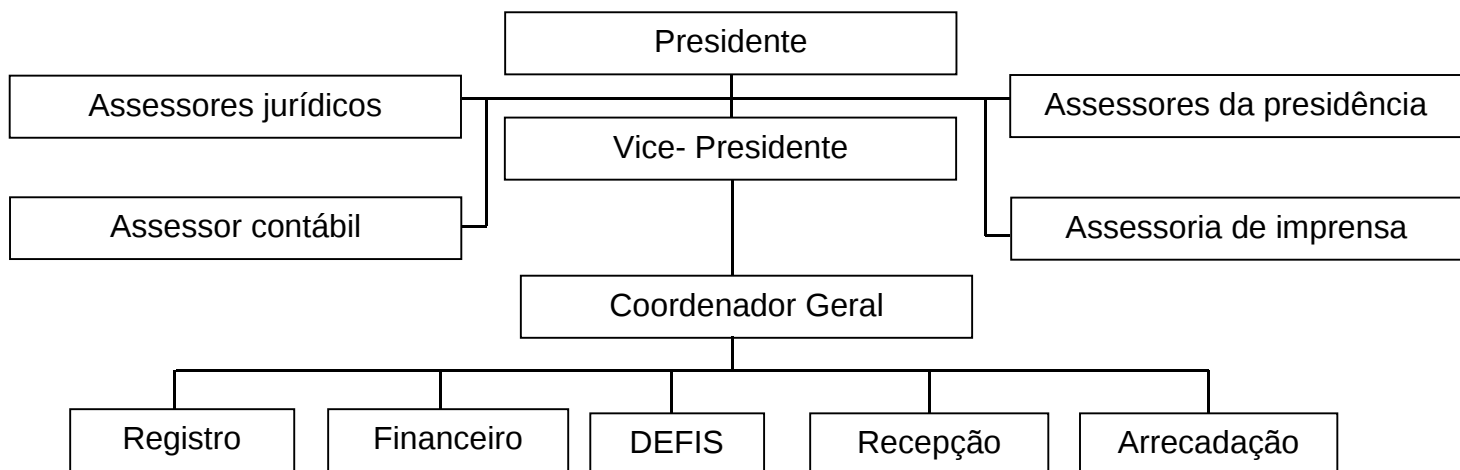
11 - ANEXOS E APÊNDICES

11.1 ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO X - ATA ROP.pdf - Vide anexo do tópico 11.1 na sessão 11

Assinatura(s)

ANEXO I - Organograma.pdf - Anexo do tópico 3.5



ANEXO II - Planejamento estratégico 2015.pdf - Anexo do tópico 4.1.1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região
CREFITO-1

Planejamento organizacional no CREFITO-1

O Plano de Ação 2015-2016 elaborado pela Comissão de Planejamento Estratégico, coordenada pela Conselheira Suplente Dr^a Joana Valeriano de Almeida Aguiar e Silva (terapeuta ocupacional) e constituída ainda pelo delegado Dr. Sandro Manguiera Bezerra (fisioterapeuta) pela Dr^a Tathianne Joanne Rocha da Fonseca (terapeuta ocupacional) e pela membra a ser portaria da Dr^a Luciana Manguiera Vaz (fisioterapeuta), todos com residência e exercício profissional na cidade de Campina Grande – PB.

A equipe construiu esta proposta após a execução inicial da Reunião de Avaliação e Planejamento 2015, em março, na cidade de Gravatá-PE, onde tiveram o contato inicial com a Instituição na perspectiva do organograma, da cultura organizacional e do corpo de pessoal constituente. Na ocasião, foi realizada uma sequência de atividades educacionais, subsidiada por um caderno norteador também desenvolvido pela comissão e que desencadeou ao final na definição do Mapa Estratégico do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª região – CREFITO-1, contendo Missão, Visão, Valores, Direcionadores e Objetivos Estratégicos.

A partir disto, dando continuidade ao trabalho que iniciou a implantação da política de Gestão Estratégica no âmbito do CREFITO-1 estruturando o Plano de Ação 2015/2016 que, no primeiro momento, visou preparar a Instituição do ponto de vista teórico e prático para lidar com ferramentas de gestão, propor indicadores de gerenciamento e redefinir os processos de trabalho que se mostrarem inadequados ou pouco eficientes.

Apresentação da técnica de planejamento estratégico adotada

A Comissão de Planejamento Estratégico entende que o processo estabelecerá uma mudança de cultura organizacional no entendimento de Chiavenato (2015) que define Cultura Organizacional como o "conjunto de hábitos e crenças, estabelecidos através de normas, valores, atitudes e expectativas compartilhadas por todos os membros da organização". Desse modo, buscou utilizar como principais estratégias de atuação junto aos atores, ações educativas e de gestão participativa. Durante o processo, os resultados implicarão em sugestões de mudanças de caráter estrutural e das rotinas de trabalho a fim de tornar a instituição mais resolutiva e de gerenciamento palpável.

Diagnostico estratégico análise de ambiente interno
Cenário na Perspectiva das Pessoas

O mapeamento Institucional ocorrido no período de 23/02 a 28/03 apontou que a Instituição é composta por 27 servidores, sendo 85% destes concursados e 15% não concursados, ocupando basicamente 6 cargos (assistente administrativo, agente administrativo, recepcionista,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região CREFITO-1

fiscal, serviços gerais e vigia), com níveis de escolaridade na seguinte variação: 26% com nível superior, 11% com nível fundamental e 63% com nível médio.

O referido mapeamento verificou ainda a existência de 18 conselheiros, dos quais 89% já tiverem alguma experiência na gestão do conselho e 11% se considerou inexperiente neste tipo de atuação. Fora do âmbito institucional, 94% dos conselheiros já atuaram em espaços de gestão e apenas 6%, o que significa 1 conselheira, não tem quaisquer experiências. Na perspectiva da atuação hoje é relevante apontar que em processo cumulativo ou não 67% exerce atividade profissional na seara educacional e 33% ocupam cargos de gestão.

Ainda não foram levantados dados referentes ao corpo de profissionais que exercem suas atividades na Assessoria do Presidente e Procuradoria Jurídica, e ao mesmo tempo foi identificado que o trabalho de Divulgação e Assessoria de Imprensa é realizado por empresa contratada.

Cenário na Perspectiva Estrutural

O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – CREFITO 1, tem sede na cidade do Recife – PE, onde atua em prédio próprio, numa estrutura que compreende dentre outros espaços 1 sala de reunião com mesa e até 10 lugares, televisão, 1 projetor multimídia, 17 computadores de mesa e 2 notebooks para ações fiscalizadoras.

Nas cidades da circunscrição a Instituição possui, ainda, 5 delegacias com a estrutura citada abaixo:

As Delegacias de Caruaru-PE e Campina Grande-PB possuem a mesma estrutura: 1 sala de reunião com 6 lugares e 1 desktop para uso do funcionário.

Delegacia de João Pessoa: possui 1 sala de reunião com 8 lugares, 1 projetor multimídia, 1 notebook para ações de fiscalização e cinco desktops para as demais funções administrativas.

Delegacia de Natal-RN: 1 sala de reunião com 8 lugares, 1 projetor multimídia, 2 notebooks para ações fiscalizadoras e 6 desktops para demandas administrativas.

Delegacia de Maceió-AL: 1 sala de reunião com 8 lugares, 1 projetor multimídia, 1 notebook para fiscalização e quatro desktops para as demais funções administrativas.

Cenário na Perspectiva Financeira

A Instituição possui receita flutuante.

Análise de ambiente externo

O CREFITO 1 possui 14.625 profissionais inscritos sendo 1.172 terapeutas ocupacionais e 13.453 fisioterapeutas, público-alvo externo do planejamento estratégico.

Fatores críticos para o sucesso do planejamento estratégico

Para concretização do plano os fatores limitantes encontrados pela equipe foram: restrição orçamentária e dissolução da comissão em sua formação inicial.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região
CREFITO-1

Elaboração da estratégia

Identificação da estratégia atual

Reunião de Avaliação e Planejamento 2015

Realizada no período de 07 a 08/03/2015, em Gravatá - PE, com os seguintes objetivos:

- a) Definir missão, visão e valores institucionais.
- b) Esboçar direcionadores e objetivos estratégicos para a instituição.
- c) Introduzir aporte teórico sobre planejamento estratégico.

Teve como responsáveis pelo evento a Comissão de planejamento, a assessoria, o Gerente e a Comunicação Social. Do evento participaram: o corpo Colegiado (efetivos e suplentes), Servidores de todas as delegacias da circunscrição e Procuradoria.

O evento foi realizado em regime de imersão com atividades expositivas e práticas, subsidiadas teoricamente com o caderno do participante.

Oficinas de Estruturação Organizacional

Conjunto de atividades realizadas no período de maio a novembro de 2015 junto aos servidores, líderes de comissão, fiscais e diretoria, em Recife-PE, com os seguintes objetivos:

- a) Introduzir aporte teórico sobre planejamento estratégico.
- b) Redefinir o fluxograma institucional a partir da gestão por processos.
- c) Favorecer a criação de indicadores gerenciais para as diversas áreas da autarquia.
- d) Razão de Ser/ Função/ Atribuição dos fiscais
- e) Exclusivo para as comissões: Ações previstas (4 anos)
- f) Fluxograma de Atividades das comissões

Identificação da estratégia futura

A comissão de planejamento estratégico pretende manter a Reunião de Avaliação Anual e Oficinas de Aprendizagem e aprimoramento do Mapa Estratégico.

Objetivo Geral

Implantar a política de Gestão Estratégica no âmbito do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região.

Objetivos Específicos

- a) Definir missão, visão e valores institucionais;
- b) Esboçar direcionadores e objetivos estratégicos para a instituição;
- c) Introduzir aporte teórico sobre planejamento estratégico;
- d) Redefinir o fluxograma institucional a partir da gestão por processos;
- e) Favorecer a criação de indicadores gerenciais para as diversas áreas da autarquia;
- f) Estabelecer pontos de controle e redirecionamento do plano, quando este se fizer necessário;
- g) Avaliar a implantação do plano de trabalho e estabelecer norteadores para a implementação da proposta de Gestão Estratégica.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região
CREFITO-1

Resultado alcançado com o planejamento

Os resultados obtidos neste processo visaram organizar e empoderar a instituição permitindo profissionalizar o gerenciamento e processo de trabalho como um todo, dar maior visibilidade às ações desenvolvidas pelo conselho diante do público interno e externo, valorizar seus colaboradores, bem como, ser reconhecida pela sociedade como entidade séria pautada na ética, compromisso, respeito, responsabilidade e inovação.

Até o momento na perspectiva prática foram alcançados os seguintes resultados:

- a) Diálogo entre o corpo de conselheiros e de servidores da instituição.
- b) Construção coletiva do Mapa Estratégico do CREFITO-1.
- c) Introdução da política de gestão do conhecimento e capacitação profissional como mecanismos de aperfeiçoamento dos processos de trabalho e valorização profissional.
- d) Motivação nos servidores da instituição.

**ANEXO III - Despesas Por Modalidades
Licitação.pdf - Despesas Por Modalidades
Licitação - Anexo do tópico 4.3.4**

Despesas por Modalidade de Licitação

Modalidade Contratação	Despesa Liquidada				Despesa Paga			
	2015		2014		2015		2014	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
g) Dispensa	180	76.587,26	0	0,00	180	76.587,26	0	0,00
i) Suprimento de Fundos	163	105.355,32	213	136.346,16	163	105.355,32	213	136.346,16
j) Pagamento em Folha	263	1.049.145,70	223	1.771.180,41	249	1.049.145,70	223	1.771.180,41
l) Outros	2271	4.247.655,44	206	1.159.127,92	2201	4.247.655,44	202	1.159.127,92



ANEXO IV - RELATORIO DEFIS 2015.pdf - Anexo do tópico 4.5



DEFIS – DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO
RELATÓRIO DAS FISCALIZAÇÕES REALIZADAS NO ANO DE 2015

Fiscais:

Dr. Ítallo Cândido Gomes (Fisioterapia – AL)
Dra. Jomary de Souza Ferreira (Fisioterapia – RN)
Dra. Luciana de Andrade de Melo Batista (Terapia Ocupacional – PB e RN)
Dra. Meyre Sinelba Gomes de Sá (Terapia Ocupacional – PE e AL)
Dr. Nelson Felipe Teixeira Modesto (Fisioterapia – PB)
Dr. Sérgio Henrique Marques Cassimiro (Fisioterapia – PE)

Procuradoria Jurídica:

Dra. Nádja Fragoso

Membro Designado de Fisioterapia:

Dra. Iara Lucena Barbosa de Lima

Membro Designado de Terapia Ocupacional:

Dra. Maria José Ribeiro Tavares

Coordenadora do DEFIS:

Dra. Francisca Rêgo Oliveira de Araújo

RECIFE – PE / 2015

1. INTRODUÇÃO:

O presente relatório tem por finalidade apresentar os dados das fiscalizações ocorridas durante o ano de 2015, os quais estão dispostos em tabelas, assim como demonstrar, de forma sucinta, as principais metas e planos de ação do DEFIS, embasados nas resoluções e missão do CREFITO-1.

1.1 – Metas para o ano de 2015:

- ✓ Manter a fiscalização permanente nas Capitais e regiões metropolitanas;
- ✓ Manter agenda de fiscalização nos interiores, conforme a classificação de prioridades determinada pelo DEFIS à luz do planejamento institucional;
- ✓ Intensificar as fiscalizações nos Hospitais e Clínicas Escolas;
- ✓ Priorizar a apuração de denúncias;
- ✓ Incentivar a capacitação dos fiscais;
- ✓ Promover os Fóruns de Responsabilidade Técnica nos quatro Estados

2. FISCALIZAÇÕES

Tabela 1: Quantitativo de Municípios fiscalizados, Termos de Visitas – TVs e Autos de Infrações – Als lavrados.

ATIVIDADES	PE		AL		PB		RN		TOTAL	
	FISIO	TO	FISIO	TO	FISIO	TO	FISIO	TO	FISIO	TO
Municípios fiscalizados	14	11	03	03	28	05	20	14	65	33
TV lavrados	168	69	125	12	163	25	115	42	571	148
Al lavrados	133	40	75	02	171	02	93	13	472	57

FONTE: Departamento de Fiscalização do CREFITO-1, 2015.

Tabela 2: Quantitativo das Irregularidades (Autos de Infração) e ou Atividades desenvolvidas por Estado.

N	Irregularidade / Atividade	PE		AL		PB		RN		TOTAL	
		FISIO	TO	FISIO	TO	FISIO	TO	FISIO	TO	FISIO	TO
01	Falta de RE	06	02	04	-	04	-	04	-	18	04
02	Falta de RC	23	30	11	-	06	-	16	03	56	33
03	Ausência de baixa de RC	-	-	-	-	01	-	-	03	01	03
04	LTF Vencida	15	-	03	-	06	-	03	-	27	-
05	LTTO Vencida	-	01	-	-	-	-	-	-	-	01

06	Falta de Registro Profissional	37	-	-	-	05	-	01	-	43	-
07	Falta de Inscrição Secundária	-	-	-	-	-	-	01	-	01	-
08	Falta de Registro em Prontuário	-	03	20	01	37	-	34	06	91	10
09	Ausência de Prontuário	-	-	-	-	-	-	-	01	-	01
10	Falta de transferência entre CREFITO	01	-	-	-	01	-	-	-	02	-
11	Falta de registro de empresa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12	Falta de registro de filial	-	-	-	-	01	-	-	-	01	-
13	Exercício Ilegal	01	-	02	-	-	-	02	-	05	-
14	Delegação de função privativa	-	-	01	-	-	-	02	-	03	-
15	Publicidade Irregular	04	-	-	-	05	-	07	-	16	-
16	Publicidade em sites de compras coletivas	03	-	-	-	01	-	01	-	05	-
17	Não cumprimento ao RNPF	11	-	-	-	43	-	09	-	63	-
18	Não cumprimento ao RNPTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
19	Não cumprimento aos Parâmetros Assistenciais	12	01	23	-	39	-	05	-	79	01
20	Carga Horária Irregular	-	-	-	-	06	-	-	-	06	-

21	RDC 07	-	-	-	-	10	-	-	-	10	-
22	Aparelho sem registro	-	-	-	-	01	-	-	-	01	-
23	Não cooperar com a fiscalização	-	-	-	-	02	-	-	-	02	-
24	Esclarecimento por Atividade irregular	-	-	-	-	02	-	-	-	02	-
25	Não cumprimento da Portaria 8.553/08	-	-	-	-	-	-	02	-	02	-
26	Uso irregular da Carboxterapia	05	-	-	-	-	-	-	-	05	-
27	Exercício Ilegal da Medicina	01	-	-	-	-	-	-	-	01	-
28	Ausência de Responsável Técnico	07	03	-	01	-	-	-	-	07	04
29	Não cumprimento às portarias 244 e 251	-	-	-	-	-	02	-	-	-	02
30	Estágio Irregular	-	-	01	-	-	-	-	-	01	-

FONTE: Departamento de Fiscalização do CREFITO-1, 2015.

Tabela 3: Tipo de Estabelecimentos Fiscalizados

Estabelecimento	PE		AL		PB		RN		TOTAL	
	FISIO	TO	FISIO	TO	FISIO	TO	FISIO	TO	FISIO	TO
Clínica Particular	98	-	.*	-	72	.*	.*	.*	170 + .*	- + .*
Consultório	53	33	.*	-	30	.*	.*	.*	83 + .*	- + .*
Centro de Reabilitação/ Clínica Pública	-	12	.*	11	15	.*	.*	.*	15 + .*	23 + .*
Hospital Público / Privado	11	09	04	-	26	02	01	-	40	11
NASF / UBS	-		-	-	07	-	-	-	07	-
CAPS	-	15	-	01	-	-	-	-	-	16
Instituição de Longa Permanência / ILP	-	-	-	-	10	05	03	03	13	08
SAMU	-	-	-	-	01	-	-	-	01	-
Cooperativa	03	-	-	-	01	-	-	-	04	-
Presídio	-	-	-	-	01	-	-	-	01	-
Clínica Escola	03		-	-	-	-	03	-	06	-
Total					163					

FONTE: Departamento de Fiscalização do CREFITO-1, 2015.

.* Os dados foram informados sem as especificações do tipo de estabelecimento.

Tabela 4: Denúncias apuradas.

ESTADO	FISIO	TO
PE	45	05
AL	15	02
PB	35	04
RN	28	02
TOTAL	123	13

FONTE:
Departamento de Fiscalização

do CREFITO-1, 2015.

Tabela 5: Quantitativo de Estabelecimentos com inadequações de recursos (equipamentos e estrutura física)

PE		AL		PB		RN		TOTAL	
FISIO	TO	FISIO	TO	FISIO	TO	FISIO	TO	FISIO	TO
17	31	03	03	43	03	25	06	88	43

FONTE: Departamento de Fiscalização do CREFITO-1, 2015.

3. IMPACTAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO

3.1 – A força tarefa em prol do cumprimento do Referencial Nacional de Procedimentos e Parâmetros Assistenciais –

- ✓ Possibilitou maior aproximação e articulação com profissionais e entidades associativas, além da ampliação do cumprimento da legislação referente ao tema e maior esclarecimento e educação permanente aos envolvidos.

3.2 Quanto às fiscalizações nas Clínicas Escolas observou-se:

- ✓ Maior aproximação dos profissionais da Instituição de Ensino Superior com o Conselho, com maior esclarecimento de dúvidas;
- ✓ Perspectiva de parcerias para repasse de conhecimento ético-legal;
- ✓ Ampliação do cuidado para uma formação de qualidade.

3.3 Contratação de profissionais em decorrência de fiscalização técnica em diversas instituições de saúde (hospitais, CAPS, Instituições de Longa Permanência, entre outros).

3.4 Esclarecimento e orientações aos profissionais quanto à:

- ✓ Importância do título de especialista e esclarecimento acerca da especialização e da especialidade;
- ✓ Respeito e cumprimento aos pressupostos legais das profissões;
- ✓ A importância e o papel do Responsável Técnico;
- ✓ O cuidado e respeito ao cumprimento da carga horária;
- ✓ A importância do Referencial Nacional de Procedimentos das profissões e as implicações do descumprimento;
- ✓ A importância e obrigatoriedade do registro em prontuários;
- ✓ Orientação e sensibilização para o cadastro de empresas.

3.5 Aproximação e Intervenção do DEFIS junto à Promotoria do Idoso, Vigilância Sanitária, entre outros, em busca de ampliar o escopo da fiscalização e efetivar as ações de controle social do Conselho.

3.6 Ampliação do quantitativo de profissionais e empresas regularizados como o Conselho e consequente diminuição da inadimplência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O DEFIS, por meio da Coordenação, dos Fiscais, servidores e da Procuradoria Jurídica empreenderam esforços para que o ato fiscalizatório e seus desdobramentos ocorressem de forma célere, em observância aos preceitos éticos, bioéticos, deontológicos, devidamente amparados pela legislação vigente no país.

Contudo, em face a questões político-gerencial e administrativa, algumas ações de fiscalização no interior foram remanejadas para o exercício de 2016, sendo priorizada a fiscalização nas capitais e regiões metropolitanas e denúncias que se mantiveram na escala de prioridade do Conselho.

Nesse mesmo sentido, deu-se a readequação nas agendas de reuniões presenciais, sendo realizadas duas reuniões presenciais e ampliada a realização de reuniões virtuais (via Skype).

Ressalta-se a importância da implantação e implementação de um sistema de informática que atenda as demandas do DEFIS, no sentido de acompanhar e garantir mais rapidez e resolutividade aos processos, tanto na esfera dos processos éticos disciplinares, nos termos de ajuste de conduta, na regularização dos débitos, como na possibilidade de garantia de educação permanente e continuada dos fiscais, conselheiros, servidores, profissionais e serviços envolvidos.

Por tanto, espera-se que o exercício de 2016 seja marcado pela efetivação das metas e diretrizes definidas pelo DEFIS em consonância com o Planejamento Estratégico do CREFITO-1 e consequente deliberação da Presidência.

Por fim, conclui-se que os propósitos foram atendidos parcialmente, face as considerações enunciadas acima, mas o processo fiscalizatório aconteceu de maneira propositiva, efetiva e eficaz quando desenvolvida, (re)configurando-se como atividade fundamental, de caráter intersetorial e multifatorial.

Relatório para apreciação da Presidência, Diretoria e ciência do Pleno do CREFITO-1.

Coordenação do DEFIS.

*Senhor, ajudai-nos a construir a nossa casa
Com janelas de aurora e árvores no quintal -
Árvores que na primavera fiquem cobertas de flores
E ao crepúsculo fiquem cinzentas como a roupa dos pescadores.*

**Que possamos cuidar do importante
para que o urgente seja apenas uma urgência pontual/casual,**

*...que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica,
nem com balanças, nem barômetros etc.
Que a importância de uma coisa há que ser medida
pelo encantamento que a coisa produza em nós.*

Manoel de Barros

ANEXO V - Balanço Financeiro.pdf - Balanço Financeiro - Anexo do tópico 7.4

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	5.455.123,38	5.198.895,42	Despesa Orçamentária	5.478.743,72	4.923.551,87
RECEITA REALIZADA	5.455.123,38	5.198.895,42	CREDITO EMPENHADO – PAGO	5.478.743,72	
RECEITA CORRENTE	5.455.123,38	4.848.895,42	DESPEZA CORRENTE	5.102.686,97	
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	4.305.016,23	3.945.862,69	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.237.704,95	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	4.305.016,23	3.945.862,69	ENCARGOS PATRONAIS	326.064,35	
ANUIDADES	4.305.016,23	3.945.862,69	JUROSE E ENCARGOS DA DÍVIDA	29.400,41	
RECEITA PATRIMONIAL	64.660,75	69.052,62	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.509.517,26	
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	64.660,75	69.052,62	DESPEZA DE CAPITAL	376.056,75	
RECEITA DE SERVIÇOS	505.149,84	432.382,57	INVESTIMENTOS	14.499,93	
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	181.918,46	154.169,90	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	361.556,82	
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	192.886,72	151.069,84	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO		4.923.551,87
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	94.200,07	77.978,65	DESPEZA CORRENTE		4.886.265,75
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIFICADOS	14.732,08		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.191.234,81
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	21.412,51	49.164,18	ENCARGOS PATRONAIS		351.849,54
FINANCEIRAS	99.739,70	147.421,16	JUROSE E ENCARGOS DA DÍVIDA		25.822,36
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	73.729,10	114.276,45	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.317.359,04
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	26.010,60	33.144,71	DESPEZA DE CAPITAL		37.286,12
MULTAS SOBRE ANUIDADES	26.010,60	33.144,71	INVESTIMENTOS		23.628,06



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	480.556,86	254.176,38	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		13.658,06
DÍVIDA ATIVA	474.007,41	237.295,58	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR		
MULTAS DE INFRAÇÕES	6.549,45	16.880,80			
RECEITA DE CAPITAL		350.000,00			
OPERAÇÕES DE CREDITO		350.000,00			
EMPRÉSTIMOS TOMADOS		350.000,00			
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	823.557,03	6.068.572,13	Pagamentos Extraorçamentários	777.493,08	6.308.191,27
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados			Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		
Inscrição de Restos a Pagar Processados			Pagamentos de Restos a Pagar Processados		
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	416.695,31		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	398.867,17	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	406.861,72		Outros Pagamentos Extraorçamentários	378.625,91	
Saldo em espécie do Exercício Anterior	83.811,97	48.087,56	Saldo em espécie do Exercício Seguinte	106.255,58	83.811,97
Caixa e Equivalente de Caixa	83.811,97		Caixa e Equivalente de Caixa	106.255,58	
Depósitos. Rest. Vlr's Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr's Vinculados		
Total:	6.362.492,38	11.315.555,11		6.362.492,38	11.315.555,11

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2015

Pedro Frazão Pimentel
Contador
CRC PE 012948-O/6
330.680.624-20

Dr. Flávio Maciel Dias de Andrade
Diretor-Tesoureiro
CREFITO-1 46.142-F
021.126.294-33

Dr. Silano Souto Mendes Barros
Presidente
CREFITO-1 61.629-F
744.051.364-91

**ANEXO VI - Balanço Orçamentário.pdf -
Balanço Orçamentário - Anexo do tópico
7.4**

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	6.053.635,95	7.153.635,95	5.455.123,38	-1.698.512,57
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	5.396.483,17	6.496.483,17	4.305.016,23	-2.191.466,94
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	5.396.483,17	6.496.483,17	4.305.016,23	-2.191.466,94
ANUIDADES	5.396.483,17	6.496.483,17	4.305.016,23	-2.191.466,94
RECEITA PATRIMONIAL	22.776,52	22.776,52	64.660,75	41.884,23
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	22.776,52	22.776,52	64.660,75	41.884,23
RECEITA DE SERVIÇOS	352.024,23	352.024,23	505.149,84	153.125,61
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	141.375,10	141.375,10	181.918,46	40.543,36
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	95.109,23	95.109,23	192.886,72	97.777,49
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	72.591,47	72.591,47	94.200,07	21.608,60
RENDAS DE OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00	14.732,08	14.732,08
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	42.948,43	42.948,43	21.412,51	-21.535,92
FINANCEIRAS	115.193,21	115.193,21	99.739,70	-15.453,51
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	104.327,67	104.327,67	73.729,10	-30.598,57
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	10.865,54	10.865,54	26.010,60	15.145,06
MULTAS SOBRE ANUIDADES	10.865,54	10.865,54	26.010,60	15.145,06
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	167.158,82	167.158,82	480.556,86	313.398,04
DÍVIDA ATIVA	158.335,21	158.335,21	474.007,41	315.672,20
MULTAS DE INFRAÇÕES	8.823,61	8.823,61	6.549,45	-2.274,16

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS			6.053.635,95	7.153.635,95	5.455.123,38	-1.698.512,57
DÉFICIT			0,00	0,00	1.652.765,38	0,00
TOTAL			6.053.635,95	7.153.635,95	7.107.888,76	-45.747,19
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	5.413.472,99	6.756.772,99	6.711.888,76	5.102.686,97	5.102.686,97	44.884,23
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.978.796,39	1.898.950,39	1.875.279,00	1.563.769,30	1.563.769,30	23.671,39
REMUNERAÇÃO PESSOAL	1.544.271,75	1.514.425,75	1.512.400,00	1.237.704,95	1.237.704,95	2.025,75
ENCARGOS PATRONAIS	434.524,64	384.524,64	362.879,00	326.064,35	326.064,35	21.645,64
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	182.220,00	182.220,00	29.400,41	29.400,41	0,00
FINANCEIRAS	0,00	182.220,00	182.220,00	29.400,41	29.400,41	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.434.676,60	4.675.602,60	4.654.389,76	3.509.517,26	3.509.517,26	21.212,84
BENEFÍCIOS A PESSOAL	281.745,27	426.645,27	426.500,00	365.882,35	365.882,35	145,27
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	4.631,59	20.131,59	20.000,00	15.142,11	15.142,11	131,59
USO DE BENS E SERVIÇOS	914.139,34	1.039.439,34	1.033.090,00	787.349,27	787.349,27	6.349,34
SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	955.035,24	1.235.655,24	1.223.820,56	903.343,37	903.343,37	11.834,68
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	26.415,83	20.915,83	20.000,00	13.564,73	13.564,73	915,83
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	4.734,18	308.084,18	306.262,42	114.151,49	114.151,49	1.821,76
SERVIÇOS BANCÁRIOS	101.200,00	270.156,00	270.143,20	235.654,97	235.654,97	12,80
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.146.775,15	1.354.575,15	1.354.573,58	1.074.428,97	1.074.428,97	1,57
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	640.162,96	396.862,96	396.000,00	376.056,75	376.056,75	862,96
INVESTIMENTOS	277.555,52	33.255,52	33.000,00	14.499,93	14.499,93	255,52
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	197.555,52	33.255,52	33.000,00	14.499,93	14.499,93	255,52
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	362.607,44	363.607,44	363.000,00	361.556,82	361.556,82	607,44

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	362.607,44	363.607,44	363.000,00	361.556,82	361.556,82	607,44
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	6.053.635,95	7.153.635,95	7.107.888,76	5.478.743,72	5.478.743,72	45.747,19
SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	6.053.635,95	7.153.635,95	7.107.888,76	5.478.743,72	5.478.743,72	45.747,19
TOTAL	6.053.635,95	7.153.635,95	7.107.888,76	5.478.743,72	5.478.743,72	45.747,19

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2015

Pedro Frazão Pimentel
Contador
CRC PE 012948-O/6
330.680.624-20

Dr. Flávio Maciel Dias de Andrade
Diretor-Tesoureiro
CREFITO-1 46.142-F
021.126.294-33

Dr. Silano Souto Mendes Barros
Presidente
CREFITO-1 61.629-F
744.051.364-91



ANEXO VII - Balanço Patrimonial.pdf - Balanço Patrimonial - Anexo do tópico 7.4

Período: 01/01/2015 a 31/12/2015

Balanco Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2014 à 31/12/2014

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	452.998,86	160.406,69	PASSIVO CIRCULANTE	167.804,92	138.038,38
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	106.255,58	83.811,97	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	286.445,97	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	51.299,73	49.317,86	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	102,27	50,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	2.967,60	3.012,96
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	8.997,58	27.276,86	PROVISÕES A CURTO PRAZO	43.302,73	31.166,70
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	2.740.666,90	3.200.174,38	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	121.636,86	103.808,72
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.452.694,33	2.926.701,74	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	106.112,62	467.669,44
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	2.452.694,32	2.926.701,73	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	0,01	0,01	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	106.112,62	467.669,44
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	287.972,57	273.472,64	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	287.972,57	273.472,64	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	273.917,54	605.707,82

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	2.919.748,22	2.754.873,25
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.919.748,22	2.754.873,25
TOTAL	3.193.665,76	3.360.581,07	TOTAL	3.193.665,76	3.360.581,07
ATIVO FINANCEIRO	2.873.460,39	3.326.821,67	PASSIVO FINANCEIRO	1.796.949,96	138.038,38
ATIVO PERMANENTE	320.205,37	33.759,40	PASSIVO PERMANENTE	106.112,62	467.669,44
SALDO PATRIMONIAL				1.290.603,18	2.754.873,25

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	Atual	Anterior	Saldo do Atos Potenciais Passivos	Atual	Anterior
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	1.076.510,43	3.188.783,29

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2015

Pedro Frazão Pimentel
Contador
CRC PE 012948-O/6
330.680.624-20

Dr. Flávio Maciel Dias de Andrade
Diretor-Tesoureiro
CREFITO-1 46.142-F
021.126.294-33

Dr. Silano Souto Mendes Barros
Presidente
CREFITO-1 61.629-F
744.051.364-91

Notas Explicativas**1 - AVALIAÇÃO E REAVALIAÇÃO DOS BENS E DIREITOS DA ENTIDADE**

Considerando a Portaria Nº 076/2016 datada em 23/05/2016 emitida pelo CREFITO-1, onde estabelece que o Levantamento dos bens patrimoniais da entidade, concernente as delegacias de Caruarú/PE, Maceió/AL, João Pessoa/PB, Campina Grande/PB, Natal/RN e a sete em Recife/PE, será realizado no segundo semestre do exercício de 2016 em duas etapas, deixo de registrar as depreciações no exercício de 2015 pela falta de precisão e identificação nos bens patrimoniais da entidade.

Considerando ainda, que os movimentos financeiros/econômicos, só foram disponibilizados para registro dos fatos contábeis/financeiros em Janeiro e Maio/2016, as conciliações contábeis dos meses de Junho a Dezembro/2015, das contas contábeis de Banco Conta Corrente e Banco Disponibilidades não foram concluídas, razão pela existência de saldos credores no rol do grupo do ativo circulante.

**ANEXO VIII - Demonstrativo das
Variações Patrimoniais.pdf -
Demonstrativo das Variações Patrimoniais
- Anexo do tópico 7.4**

Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	5.267.561,94	5.896.901,54	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	5.102.686,97	4.886.265,75
CONTRIBUIÇÕES	4.591.462,20	3.945.862,69	PESSOAL E ENCARGOS	1.929.651,65	1.860.433,55
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.591.462,20	3.945.862,69	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	1.237.704,95	1.191.234,81
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.591.462,20	3.945.862,69	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	1.237.704,95	1.191.234,81
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	569.810,59	501.435,19	ENCARGOS PATRONAIS	326.064,35	351.849,54
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	569.810,59	501.435,19	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	326.064,35	351.849,54
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	569.810,59	501.435,19	BENEFÍCIOS A PESSOAL	365.882,35	317.349,20
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	99.739,70	147.421,16	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	365.882,35	317.349,20
JUROS E ENCARGOS DE MORA	73.729,10	114.276,45	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	15.142,11	15.664,08
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	73.729,10	114.276,45	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	15.142,11	15.664,08
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	26.010,60	33.144,71	OUTROS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	15.142,11	15.664,08
MULTAS SOBRE ANUIDADES	26.010,60	33.144,71	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	1.690.692,64	1.659.323,10
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	6.549,45	1.302.182,50	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	130.307,24	127.644,55
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	6.549,45	1.302.182,50	CONSUMO DE MATERIAL	130.307,24	127.644,55
MULTAS ADMINISTRATIVAS	6.549,45	16.880,80	SERVIÇOS	1.560.385,40	1.531.678,55
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	0,00	1.285.301,70	DIARIAS	562.062,36	546.384,60
			SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	94.979,67	61.531,17
			SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	903.343,37	923.762,78
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	265.055,38	224.313,05
			JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	265.055,38	217.271,23
			OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	265.055,38	217.271,23
			JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00	7.041,82
			JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS	0,00	7.041,82
			TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	1.074.428,97	952.006,01
			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.074.428,97	952.006,01
			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.074.428,97	952.006,01

Exercício Atual			Exercício Anterior	Exercício Atual		Exercício Anterior
			TRIBUTÁRIAS	13.564,73	15.723,21	
			IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	13.564,73	15.723,21	
			IMPOSTOS	13.564,73	15.723,21	
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	114.151,49	158.802,75	
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	114.151,49	158.802,75	
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	114.151,49	158.802,75	
Total das Variações Ativas :	5.267.561,94	5.896.901,54	Total das Variações Passivas :	5.102.686,97	4.886.265,75	
RESULTADO PATRIMONIAL						
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	164.874,97	1.010.635,79	
Total	5.267.561,94	5.896.901,54	Total	5.267.561,94	5.896.901,54	

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2015

Pedro Frazão Pimentel
Contador
CRC PE 012948-O/6
330.680.624-20

Dr. Flávio Maciel Dias de Andrade
Diretor-Tesoureiro
CREFITO-1 46.142-F
021.126.294-33

Dr. Silano Souto Mendes Barros
Presidente
CREFITO-1 61.629-F
744.051.364-91

Variações Patrimoniais Qualitativas
(decorrentes da execução orçamentária)

VARIAÇÕES ATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior	VARIAÇÕES PASSIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	361.556,82	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	361.556,82	0,00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	0,00	0,00

ANEXO IX - Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf - Demonstrativo do Fluxo de Caixa - Anexo do tópico 7.4

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	5.455.123,38	4.848.895,42
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.305.016,23	3.945.862,69
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	4.305.016,23	3.945.862,69
ANUIDADES	4.305.016,23	3.945.862,69
RECEITA PATRIMONIAL	64.660,75	69.052,62
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	64.660,75	69.052,62
RECEITA DE SERVIÇOS	505.149,84	432.382,57
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	181.918,46	154.169,90
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	192.886,72	151.069,84
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	94.200,07	77.978,65
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIFICADOS	14.732,08	0,00
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	21.412,51	49.164,18
FINANCEIRAS	99.739,70	147.421,16
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	73.729,10	114.276,45
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	26.010,60	33.144,71
MULTAS SOBRE ANUIDADES	26.010,60	33.144,71
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	480.556,86	254.176,38
DÍVIDA ATIVA	474.007,41	237.295,58
MULTAS DE INFRAÇÕES	6.549,45	16.880,80
INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	6.068.572,13
OUTROS INGRESSOS	823.557,03	0,00
DESEMBOLSOS		
CREDITO EMPENHADO – PAGO		
DESPEZA CORRENTE	5.102.686,97	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.237.704,95	0,00
ENCARGOS PATRONAIS	326.064,35	0,00
JUROSE E ENCARGOS DA DÍVIDA	29.400,41	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.509.517,26	0,00
DESPEZA CORRENTE	0,00	4.886.265,75
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	1.191.234,81
ENCARGOS PATRONAIS	0,00	351.849,54
JUROSE E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	25.822,36
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	3.317.359,04
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00	0,00
DESEMBOLSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	6.308.191,27
OUTROS DESEMBOLSOS	777.493,08	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	398.500,36	-276.989,47
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
Crédito Empenhado Pago		
DESPEZA DE CAPITAL	376.056,75	0,00



	Exercício Atual	Exercício Anterior
INVESTIMENTOS	14.499,93	0,00
Crédito Empenhado Liquidado		
INVESTIMENTOS	0,00	23.628,06
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	13.658,06
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-376.056,75	-37.286,12
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
OPERAÇÕES DE CREDITO	0,00	350.000,00
EMPRÉSTIMOS TOMADOS	0,00	350.000,00
DESEMBOLSOS		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	361.556,82	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-361.556,82	350.000,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-339.113,21	35.724,41

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	83.811,97	48.087,56
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	-255.301,24	83.811,97

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2015

Pedro Frazão Pimentel
Contador
CRC PE 012948-O/6
330.680.624-20

Dr. Flávio Maciel Dias de Andrade
Diretor-Tesoureiro
CREFITO-1 46.142-F
021.126.294-33

Dr. Silano Souto Mendes Barros
Presidente
CREFITO-1 61.629-F
744.051.364-91

ANEXO X - ATA ROP.pdf - Anexo do tópico 11.1



Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região CREFITO-1

SEDE: Rua Henrique Dias, 303 - Boa Vista - Recife/PE - CEP: 50.070-140
Telefone: (81) 3081-5000 - Fax: (81) 3081-5030 - site: www.crefito1.org.br; e-mail: crefito1@crefito1.org.br

ATA DA 190ª (CENTÉSIMA NONAGÉSIMA) REUNIÃO ORDINÁRIA DE PLENÁRIA DO CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA PRIMEIRA REGIÃO - CREFITO-1:

Aos quatorze dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, às dezessete horas, na sede do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região – CREFITO-1, sito à Rua Henrique Dias, nº 303 – bairro da Boa Vista, CEP: 50.070-140 - Recife – PE; estando presentes: Dr. Silano Barros Souto Mendes Barros – Presidente; Dra. Leiliane Helena Gomes – Vice-Presidente; Dra. Rosilda de Almeida Argôlo – Diretora-Secretária. Presentes, também, os Conselheiros: Dra. Cinthia Rodrigues de Vasconcelos, Dra. Francisca Rêgo Oliveira de Araújo, Dra. Iara Lucena Barbosa de Lima, Dra. Talita Santos Camêllo, Dr. Tarcísio Fulgêncio Alves da Silva, Dra. Valderlene Guimarães Santos. Presentes os Procuradores Jurídicos: Dr. Marcelo Dourado Costa e Dra. Nadja Fragoso Pimentel. Iniciou-se a 190ª Reunião Ordinária de Plenária, com a seguinte pauta: avaliação de atividades do CREFITO-1 e seus respectivos resultados, no exercício de 2015. Facultada a palavra a Conselheiro, Dr. Tarcísio Fulgêncio, o mesmo ressaltou que a Comissão de Desenvolvimento Científico e Educação do CREFITO-1, a partir da criação das Subcomissões nos 4 (quatro) Estados da Circunscrição deste Regional, em parcerias com as Instituições de Ensino Superior, vem apresentando resultados positivos na área da educação. Dentre as ações desenvolvidas pela Comissão de Desenvolvimento Científico e Educação do CREFITO-1, a Conselheira Dra. Cinthia informou aos presentes que o CREFITO Jovem-PE está se reunindo mensalmente tendo apresentado resultados satisfatórios, no que se refere à conscientização dos discentes acerca das funções institucionais deste Conselho Regional. Ressaltou o trabalho dos membros da Comissão de Desenvolvimento Científico e Educação do CREFITO-1 e a parceria com a



Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região CREFITO-1

SEDE: Rua Henrique Dias, 303 - Boa Vista - Recife/PE - CEP: 50.070-140
Telefone: (81) 3081-5000 - Fax: (81) 3081-5030 - site: www.crefito1.org.br; e-mail: crefito1@crefito1.org.br

ABENFISIO na estruturação do Fórum de Ensino que terá como foco a reestruturação das Diretrizes Curriculares de Fisioterapia. O Dr. Silano parabeniza as Conselheiras Dra. Iara Lucena Barbosa de Lima e a Dra. Eliete Moreira Colaço pelo êxito no fórum de responsabilidade técnica e fórum de ensino, realizado no estado da Paraíba. Na sequência, o Dr. Silano destaca as principais ações e conquistas da gestão, no exercício de 2015, destacando as principais: **1)** ajuizamento de inúmeros Mandados de Segurança, objetivando a manutenção da jornada de trabalho (30 horas) do fisioterapeuta e do terapeuta ocupacional em cumprimento ao previsto na Lei 8856/94, tendo a maioria dessas ações obtidos resultados exitosos para o Conselho; **2)** desenvolvimento de ações administrativas e fiscalizatórias visando à implantação do RNPF – Referencial Nacional dos Procedimentos Fisioterapêuticos (Resolução COFFITO 428/2013), ensejando inúmeros acordos entre as empresas e as operadoras de planos de saúde, mesmo que de forma escalonada; **3)** Criação do CREFITO Jovem, resultando em maior aproximação entre os estudantes e o Conselho, informando-os acerca do papel desta autarquia federal; **4)** Apresentação de Notícia-Crime ao Ministério Público, em casos de exercício ilegal da profissão e Boletim de Ocorrência frente à autoridade policial; **5)** Aumento do número de processos ético-disciplinares, em desfavor dos fisioterapeutas e dos terapeutas ocupacionais que descumprem a legislação da profissão, especialmente para os casos de inadimplência e delegação de função privativa; **6)** Participação do CREFITO-1 em audiências públicas realizadas pelo Ministério Público da Saúde no estado da Paraíba, nos procedimentos instaurados em desfavor de hospitais e clínicas que descumprem os normativos legais, no que concerne às diversas áreas de assistência ao paciente/usuário/cliente (Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Medicina, Enfermagem, etc); **7)** Parceria com a ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária (local), no intuito de realizar fiscalização conjunta e obter maior efetividade para o cumprimento das normas pertinentes ao



Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região CREFITO-1

SEDE: Rua Henrique Dias, 303 - Boa Vista - Recife/PE - CEP: 50.070-140
Telefone: (81) 3081-5000 - Fax: (81) 3081-5030 - site: www.crefito1.org.br; e-mail: crefito1@crefito1.org.br

funcionamento dos serviços de saúde; **8)** Emissão de TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, documento administrativo firmado com os profissionais que descumpriram as normas das respectivas profissões, especialmente os casos de publicidade irregular e ausência de anotação nos prontuários dos pacientes; **9)** Criação de grupos de trabalhos (GT) frente às situações de emergência na área de saúde, como por exemplo, Comissão de Microcefalia decorrente do Zika vírus; **10)** Elaboração de material educativo (cartilhas) destinada à sociedade em geral para esclarecimento acerca da Microcefalia e doenças relacionadas ao trabalho; **11)** Ação solidária em conjunto com as clínicas para orientações às mães das crianças com Microcefalia; **12)** Atuação do CREFITO-1 junto aos Tribunais Regionais do Trabalho, nos quatro estados da circunscrição, no intuito de esclarecer o papel do fisioterapeuta e do terapeuta ocupacional nas perícias judiciais. Por fim, o Dr. Silano parabeniza também a Comissão de Ética e Deontologia das respectivas profissões pelo empenho e trabalho brilhantemente desempenhado ao longo do ano de 2015, dando suporte para a tramitação célere e esmerada nos processos éticos-disciplinares que tramitam neste Conselho. Facultada a palavra à Dra. Francisca Rego, Coordenadora do DEFIS – Departamento de Fiscalização, a mesma enfatizou as principais atividades promovidas pelo DEFIS e suas repercussões positivas, a saber: **a)** realização de eventos objetivando o aprimoramento dos profissionais (fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais), como por exemplo, Fórum de Responsabilidade Técnica e Fórum de Ensino; **b)** ações contra o exercício ilegal da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional, intensificando as fiscalizações; **c)** Denúncia à Vigilância Sanitária para os casos de descumprimento da legislação (Lei 6.316/75) **d)** parceria com o Ministério Público da Saúde, especialmente no estado da Paraíba, visando fiscalização conjunta em instituições de longa permanência (ILPIS); **e)** ações educativas frente aos profissionais que descumprem a legislação da profissão, especialmente os casos de publicidade irregular e



Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região CREFITO-1

SEDE: Rua Henrique Dias, 303 - Boa Vista - Recife/PE - CEP: 50.070-140
Telefone: (81) 3081-5000 - Fax: (81) 3081-5030 - site: www.crefito1.org.br; e-mail: crefito1@crefito1.org.br

ausência de anotação nos prontuários dos pacientes atendidos; **f)** ações administrativas visando à redução da inadimplência por parte dos profissionais inscritos neste Regional; **g)** realização de eventos objetivando o aprimoramento dos profissionais (fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais), como por exemplo, Fórum de Responsabilidade Técnica e Fórum de Ensino. Sem mais nada a acrescentar o Senhor Presidente dá por encerrada a presente Reunião, em seguida, lavrei a presente ata que segue assinada por mim, Rosilda de Almeida Argola, na condição Diretora-Secretária, bem ainda pelo Sr. Presidente, pela Sra. Vice-Presidente, demais Conselheiros, e pelos Procuradores Jurídicos, todos acima identificados. Recife/PE, 14 de maio de 2016.